

Ânima Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e
relatório do auditor independente.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Ânima Holding S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ânima Holding S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e à distância. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados e a Companhia oferece algumas modalidades de descontos e bolsas, integrais ou parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; d) relatórios de frequência de alunos; e) emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades; (iii) seleção com

base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI para confirmação da comprovação de adesão do aluno ao referido programa; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados e (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado.

Como resultado destes procedimentos não identificamos ajuste de auditoria sobre a receita líquida. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.17 e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber

A apuração do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve subjetividade e alto grau de julgamento da diretoria da Companhia. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e avaliação do ambiente macroeconômico e setorial. A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) requer da diretoria da Companhia julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. Adicionalmente, em função do ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não estão mais matriculados, trazem maior risco de perdas nas contas a receber, o que requer que sejam firmados acordos para recuperação dos créditos vencidos e julgamento para a determinação da provisão para perdas esperadas com esses acordos, que engloba não somente os alunos inadimplentes, mas também aqueles que firmaram acordos para pagamento de parcelas vencidas, que podem não ser completamente honrados. Consideramos esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes pode resultar em variações significativas dessa estimativa em relação às perdas reais e esperadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes, incluindo: (i) avaliação das conciliações da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a diretoria a respeito das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii)

verificação da aderência à política de provisionamento estabelecida pela diretoria para toda a base de alunos; (iv) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do aging list, aplicação dos critérios definidos pela diretoria e testes da exatidão matemática dos cálculos da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber; (v) testes das premissas da diretoria da Companhia, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, considerando as condições atuais de mercado e as estimativas futuras ao final de cada período; (vi) confronto entre os valores apurados e contabilizados de provisão.

Como resultado destes procedimentos não identificamos ajuste de auditoria sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.5 e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida

Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes de R\$ 3.263.482 mil e R\$ 1.503.954 mil, respectivamente, os quais estão registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (impairment).

Devido à alta subjetividade das estimativas necessárias à condução do referido teste de impairment por parte da diretoria para dar respaldo às principais premissas (tais como taxa de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade, crescimento de receita, base de alunos, valor das mensalidades, margem bruta, custos e despesas projetadas), bem como o valor contábil do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de

aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período explícito e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, base de alunos e mensalidades projetadas, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período explícito e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto e (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.6 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 20 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Tomas Menezes
Contador MG-090648/O

Aos acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 acompanhado das Demonstrações Financeiras deste exercício, em comparação com o exercício do ano de 2023.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia entende que é útil para os usuários das demonstrações financeiras apresentar o resultado de suas operações considerando-se determinados ajustes e reclassificações de caráter gerencial. Visando a clareza e transparência para com o leitor do Relatório da Administração, apresentamos no Anexo I deste relatório a reconciliação dessas informações de caráter gerencial com aquelas constantes das demonstrações financeiras.

Sobre a Ânima

Com o propósito de transformar o Brasil por meio da educação, a Ânima é o maior e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade do país, que reúne um portfólio de marcas valiosas e atua como um dos principais protagonistas de educação continuada na área médica. Temos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas do setor, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz na capacidade de conciliar escala com a oferta de um ensino de alta qualidade.

Formada por uma comunidade de aprendizagem com mais de 390 mil pessoas, composta por 375 mil estudantes e cerca de 15 mil educadores, distribuídos em 18 instituições de ensino superior e em mais de 500 polos educacionais por todo o território nacional. Nossas instituições: UNA, Anhembí Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UniBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UniCuritiba, FPB, UniSul, FASEH, UNIFG-PE e IBMR. Integradas também ao Ecossistema Ânima estão marcas especialistas em suas áreas de atuação, como HSM, HSM University, EBRADI (Escola Brasileira de Direito), Le Cordon Bleu (SP), SingularityU Brazil, Inspiralí, Community Creators Academy, Learning Village, primeiro hub de inovação e educação da América Latina, além do Instituto Ânima.

Mensagem da Administração

Os resultados do ano de 2024 evidenciam a robustez de nossa Companhia e criam bases sólidas para que possamos nos dedicar integralmente à nossa terceira onda de crescimento¹. Comprometidos com nossos princípios e impulsionados pelo nosso propósito, nossos esforços agora se voltam para a retomada do crescimento sustentável de nossa receita.

Completamos 12 trimestres consecutivos de expansão de margens e registramos um crescimento de 17,5% no EBITDA ajustado ex-IFRS¹⁶, que ultrapassou a marca de R\$ 1 bilhão, atingindo R\$ 1.084,9 milhões. Retomamos nossa geração de lucro líquido de forma consistente e aceleramos a geração de caixa operacional, o que

¹ A primeira onda de crescimento se deu de 2003, ano de criação da companhia, até 2020, período em que foram realizadas diversas aquisições e parcerias que levaram a Ânima a uma receita líquida anual em 2020 de R\$ 1.421,6 milhões. A segunda onda de crescimento se deu de 2021, ano em que a Ânima realizou a aquisição transformacional dos ativos da Laureate no Brasil, até 2024, ano em que a companhia concluiu a integração de tal aquisição, resultando em uma receita líquida anual em 2024 de R\$ 3.802,3 milhões. A terceira onda se inicia em 2025, ano em que a Ânima deixa para trás o período de integração da Laureate para retomar seu foco no crescimento sustentável da receita.



possibilitou a distribuição de dividendos, reforçado o compromisso com o retorno de valor aos nossos acionistas, sem prejuízo para nossa trajetória de redução de alavancagem, que saiu de 3,25x no 4T23 para 2,8x no 4T24.

No segmento Core, nossa estratégia de priorizar a qualidade da receita, em vez de apenas a quantidade de alunos, continua a trazer resultados positivos na redução da evasão, que no 4T24 foi 1,1 p.p. menor que a verificada no 4T23. Essa estratégia, aliada à disciplina na execução de custos e despesas, permitiu que colhêssemos no ano de 2024 expansão de 1,2 p.p. na margem operacional do segmento, que também foi beneficiada pelo aumento real no tíquete líquido, cuja expansão foi de 9,5% quando comparado ao ano de 2023.

No Ensino Digital, o ano de 2024 se consolidou como um ano de expressivos ganhos de margem. Entregamos um crescimento de 9,3% na receita do ano, resultado de um aumento da mesma magnitude no tíquete líquido que, associado à disciplina de execução, proporcionou ganhos de 15,9 p.p. de margem operacional e levou a um aumento de 86,9% no resultado operacional ajustado.

Na Inspirali o ano também foi de muita consistência, com manutenção de elevada ocupação de suas vagas e expressivo crescimento de tíquete para o Ensino Acadêmico (+9,7% em 2024 versus 2023). Os investimentos na Educação Médica Continuada resultaram em um crescimento anual de 21,7% na receita líquida, que será ainda mais impulsionada a partir de dezembro de 2024 com a chegada ao Ecossistema da Eu Médico Residente (“EMR”), referência no promissor mercado de cursos preparatórios para residência médica. Encerramos 2024 com crescimento de 12,4% no resultado operacional ajustado e expansão de 0,5 p.p. na margem operacional, que atingiu 53,2%.

Mas o ano de 2024 não foi marcado apenas pela solidez de nossos resultados financeiros. Em 2024 evoluímos nosso projeto acadêmico e nossa plataforma de ensino, aprendizagem e serviços, o “Ulife”, que como resultado teve significativa melhora na avaliação em lojas de aplicativos em 2024 versus 2023; colhemos melhorias na experiência dos alunos e alunas em todas as nossas marcas; dentre outras inúmeras entregas voltadas à melhoria do nosso serviço. Tais iniciativas, somadas à nossa solidez financeira, nos encorajam a buscarmos metas cada vez mais ousadas.

E já começamos o ano de 2025 a todo vapor! Com nossos times acadêmicos, comerciais e de operações 100% dedicados ao ‘volta às aulas’ e aos ciclos de permanência e atração para o primeiro semestre de 2025, temos confiança de que estamos no caminho certo. No segmento da medicina, o resultado da primeira etapa do edital Mais Médicos 3 habilitou 23 propostas da Inspirali para novos cursos de medicina, das quais estamos otimistas para a etapa competitiva, com resultado previsto para 30 de maio de 2025. E finalmente, estamos entusiasmados com as novas avenidas de crescimento, que já trazem novidades com o anúncio da primeira universidade dedicada à *creator economy*, um mercado que deve atingir meio trilhão de dólares até 2027², em parceria com a Agência Califórnia, a “Community Creators Academy”.

Todas essas conquistas somente são possíveis pois contamos com milhares de educadores e educadoras comprometidos com nosso propósito, a quem parableno e agradeço, por dedicarem o melhor de cada um à nossa missão de transformar o país pela educação e fazer uma Ânima cada vez melhor para nossos estudantes, para nossos educadores e educadoras, para nossos acionistas, para o Brasil!

Paula Maria Harraca
Presidente da Ânima Educação

² Fonte: Artigo “The creator economy could approach half-a-trillion dollars by 2027”, Goldman Sachs, abril de 2023.

Retrospectiva 2024

À medida que encerramos mais um ano, apresentamos uma retrospectiva dos principais marcos, desafios superados e conquistas que moldaram nossa trajetória ao longo de 2024.

EVOLUÇÃO DA GESTÃO

Iniciamos o ano de 2024 com a importante conclusão da unificação de sistemas operacionais e redução de sobreposição resultado da aquisição dos ativos da Laureate no Brasil, com a implantação do ERP financeiro da Oracle. Com isso, encerramos essa fase de integração com uma redução no número de sistemas para 6, dos anteriores 19, simplificando nossos processos e trazendo informações com maior agilidade para nossos times.

Em junho celebramos a chegada da primeira presidente mulher e não sócia da Companhia, nossa CEO Paula Harraca, marcando um novo capítulo para a Ânima. Com a missão de impulsionar nosso crescimento, ela traz um olhar atento ao valor de nossas marcas e ao fortalecimento de cada uma de nossas unidades locais. Com sua chegada, Paula faz importantes mudanças no Comitê Executivo, que agora reúne as competências necessárias para liderar a terceira onda de crescimento da Ânima, e consolida a estratégia da Companhia apresentada no Dia do Investidor de novembro de 2024.

INICIATIVAS DE TECNOLOGIA E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

Ao longo de 2024 aprimoramos a experiência do aluno em nossa plataforma de ensino, aprendizagem e serviços, o "Ulife", resultado em aumento expressivo nas notas em lojas de aplicativos: de 1,2 e 1,1 em novembro de 2023 para 4,7 e 4,3 em novembro de 2024 e para 4,9 e 4,5 em fevereiro de 2025, na Google Play Store e Apple App Store respectivamente. Adotamos AI ao longo das jornadas do estudante e da experiência do educador, tornando as interações mais rápidas e efetivas.

Lançamos em 2024 o Atende+, iniciativa voltada para elevar a experiência dos estudantes com o nosso atendimento, antecipando as necessidades de cada estudante, promovendo mais autonomia e resolução rápida. Projetado para transformar a jornada acadêmica com eficiência, escalabilidade e tecnologia de ponta, nossa solução *omnichannel* conecta estudantes a um suporte ágil e personalizado por meio de três formatos estratégicos, o Atende+ Digital, atendimento via vídeo e WhatsApp, garantindo acessibilidade e conveniência; o Atende+ Especializado, com suporte ao vivo via vídeo para questões mais complexas, promovendo um atendimento humanizado e personalizado; e o Atende+ Presencial, o ponto de contato dentro das escolas, proporcionando acolhimento e resolução de demandas diretamente no *campus*. Estes canais apresentaram melhora significativa de satisfação já em 2025.

RECONHECIMENTOS ACADÊMICOS

Em 2024, obtivemos nota máxima (5) do Ministério da Educação ("MEC") em 11 processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso de Medicina³, refletindo o compromisso do nosso corpo docente com a excelência acadêmica e a transparência.

Temos também o orgulho de ter recebido em abril, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Selo OAB Recomenda para as escolas São Judas Tadeu, Milton Campos, Unisociesc, Unicuritiba e Unifacs, em reconhecimento ao elevado padrão de seus cursos de bacharelado em Direito. O Selo de Qualidade OAB reconhece e incentiva a instituições de ensino superior que se dedicam à formação de profissionais competentes e éticos e que se destacam na aprovação de bacharéis no Exame de Ordem.

Tudo isso graças aos nossos professores, que vão além para entregar educação de qualidade. Os professores são pilares fundamentais do modelo pedagógico da Companhia. Com a criação da Diretoria de Gestão de Futuros Acadêmicos em 2024, dedicada exclusivamente à formação docente, foram implementadas ações para melhorar comunicação, qualidade dos programas formativos, metodologias inovadoras, tecnologias digitais – com destaque para a inteligência artificial – e iniciativas de reconhecimento e pertencimento. Ao longo do ano, foram

³ A Inspirali possui 15 cursos de Medicina. Em 2024, dos 12 cursos avaliados pelo MEC, 11 receberam nota máxima (5) e 1 recebeu nota 4.



oferecidas mais de 2.000 horas em cursos, oficinas e workshops, atingindo 77% da base docente. Implementamos o Hub Docente, plataforma integrada de comunicação, prática colaborativa para o trabalho em pares e formação continuada, incluindo uma pós-graduação lato sensu em Currículos Integrados por Competências e Futuros Acadêmicos, além da IA Mind-Mentor para suporte pedagógico contínuo. O reconhecimento docente também foi ampliado com bolsas induzidas para mestrado e doutorado e o Prêmio Docente Inspiração. Os resultados dessas ações são expressivos, com um aumento no engajamento do docente, verificado através da participação em nossos Simpósios Docente, eventos de conexão e integração realizados no início de cada semestre, onde transmitimos informações sobre as principais novidades, projetos e programas do semestre, uma oportunidade para o aprendizado e formação contínua de nossos docentes. O Simpósio do início de 2025 teve aumento de 37% na participação comparado ao do início de 2024, com adesão de 88% da base total e engajamento de 68% dos professores horistas.

INICIATIVAS DE FORTALECIMENTO DE NOSSAS MARCAS

No decorrer de 2024, realizamos em nossas escolas diversas edições da iniciativa Experimente Seu Futuro, uma feira de profissões destinada a alunos do Ensino Médio de escolas públicas e privadas, com o objetivo de orientá-los na escolha da carreira profissional. Foram mais de 30 mil alunos do ensino médio visitando 53 unidades do nosso Ecossistema, com mais de mil escolas do ensino médio impactadas nestas parcerias.

Ao final de 2024 demos um passo importante na estratégia *power to the edge* (“dar força às pontas”), adotando uma nova tática de marketing focada no fortalecimento das marcas do Ecossistema. Foi implantando um *hub* de dez agências de publicidade, em substituição a uma única agência centralizadora e com custos equivalentes, para atuar nos mercados onde nossas instituições estão inseridas. Com este movimento retomamos o foco na regionalidade, ao mesmo tempo que incentivamos a troca de experiências e conhecimentos para gerar soluções criativas e inovadoras, compartilhando da mesma visão macro alinhada às diretrizes da Ânima.

MISSÕES HUMANITÁRIAS

Na Inspirali oferecemos a nossos alunos dos cursos de Medicina a oportunidade de participar em missões voluntárias organizadas ao longo do ano que visam melhorar as condições de saúde e saneamento de comunidades de alta vulnerabilidade social, enquanto fortalecem nosso objetivo de formar não apenas bons profissionais, mas também grandes seres humanos. No ano de 2024 aumentamos o número de missões, sendo elas: 1 Missão África, 4 Missões Amazônia, 1 Missão Rio Grande do Sul, 1 Missão Jequitinhonha, 1 Missão Sertões. Foram 240 alunos e alunas selecionados para participar das missões de 2024, realizando mais de 6 mil atendimentos gratuitos.

INAUGURAÇÕES E AUTORIZAÇÕES

Iniciamos, em agosto, as aulas da primeira turma do curso de graduação de Medicina da Faculdade Una de Tucuruí, localizada no estado do Pará, com as 50 vagas anuais autorizadas preenchidas em sua totalidade.

Em 2024, também conseguimos a autorização para adição de 100 novas vagas ao curso de medicina da AGES de Irecê, cujos resultados passarão a ser mais expressivos a partir de 2025.

ADIÇÕES AO PORTFÓLIO

Anunciamos em dezembro a chegada da Eu Médico Residente (“EMR”) para o Ecossistema, empresa referência no segmento de preparatório para residência médica principalmente na região Nordeste, além de ser destaque em aprovação na prova do ENARE (Exame Nacional de Residência), a maior prova de residência médica do Brasil. A EMR apresentou uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) de receita de 2020 a 2023 de 79%, atingindo em 2023 uma receita líquida de R\$ 20,6 milhões e EBITDA de R\$ 4,2 milhões.

Desempenho Operacional

Base de alunos

Encerramos o ano de 2024 com 369,3 mil alunos matriculados em nossos cursos.

Desempenho operacional por segmento

Ânima Core

Encerramos o quarto trimestre de 2024 no segmento Core com a mesma tendência apresentada nos demais trimestres do ano, fruto da nossa estratégia de privilegiar a qualidade da receita, enquanto buscamos fortalecer nossas marcas para um posicionamento de valor mais alinhado à nossa proposta de qualidade e evoluir nossos processos de forma a entregar uma melhor experiência aos nossos alunos. Como resultado, o Ensino Acadêmico entregou, mais uma vez, melhora na evasão do período (1,1 p.p. versus o 4T23), menores níveis de inadimplência e maior geração de caixa encerrando o ano com base média de 201,8 alunos e tíquete líquido de R\$ 828.

Ensino Digital

Encerramos 2024 com crescimento do tíquete médio de 9,3% no Ensino Digital, sendo um aumento de 7,1% no Ensino Acadêmico e 19,2% na Educação Continuada. Seguimos também no segmento do Ensino Digital nossa estratégia de privilegiar tíquete, sem que isso tenha afetado a base de alunos.

Inspirali

A Inspirali encerrou o ano de 2024 com 11.616 alunos matriculados nos 15 *campi* onde possui o Ensino Acadêmico (cursos de graduação), mantendo consistente seu nível histórico de ocupação das vagas. O tíquete médio aumentou 8,5% no 4T24 versus o 4T23, levando a uma receita líquida do Ensino Acadêmico de R\$ 317,4 milhões no trimestre, 9,3% maior versus 4T23. Para o ano de 2024, a receita líquida do Ensino Acadêmico foi de R\$ 1.332,1 milhões, superando em 11,0% o mesmo período do ano anterior. No ano de 2024 a Inspirali recebeu autorização para (i) ofertar novo curso de medicina na UNA Tucuruí (PA), com 50 vagas anuais, curso este já inaugurado no segundo semestre de 2024; e (2) aumentar em 100 vagas seu curso de medicina da AGES Irecê (BA), vagas estas que passarão produzir maiores impactos a partir de 2025. Com isso, a Inspirali encerrou o ano de 2024 com 1.892 vagas autorizadas para cursos de graduação de medicina.

O segmento de Educação Médica Continuada (EMC) registrou no 4T24 um crescimento na base de alunos de 125,7% versus o 4T23, atingindo 7.151 alunos, impactada pela aquisição da Eu Médico Residente ("EMR") em dezembro, quando acrescentou 3,3 mil alunos e R\$ 1,9 milhões de receita ao 4T24. O tíquete médio ponderado da EMC no 4T24 foi 4,2% abaixo do 4T23, levando a uma receita líquida do período de R\$ 20,1 milhões, 48,9% acima do 4T23. Para o ano de 2024, a receita líquida da EMC ficou 21,7% acima de 2023, atingindo R\$ 64,0 milhões.

Desta forma, a receita líquida consolidada da Inspirali foi de R\$ 337,5 milhões no 4T24 (+11,0% versus 4T23), acumulando no ano de 2024 o montante de R\$ 1.396,1 milhões (+11,4% versus 2023).

Financiamento Estudantil por terceiros

No processo de Atração do segundo semestre de 2024 registramos 6,4% de novos alunos utilizando algum tipo de financiamento privado de terceiros, o que representa um crescimento de 0,4 p.p. versus o 2S23.

Importante ressaltar que no ciclo de atração do segundo semestre de 2024 introduzimos mudanças nas condições de oferta de financiamento privado, o que nos possibilitou usar de forma mais assertiva tal ferramenta e, conseqüentemente, aumentar ligeiramente sua participação na base.



Assim, como resultado, no segundo semestre de 2024 apresentamos um aumento na base de alunos da graduação presencial utilizando algum tipo de financiamento privado de terceiros, na ordem de 2,0 p.p. quando comparado ao 2S23, o que foi parcialmente compensado por uma queda no número de alunos utilizando FIES.

Desempenho financeiro

O Ano de 2024 foi marcado por crescimento de margens operacionais em todos os segmentos de negócios, levando a um crescimento no resultado operacional ajustado consolidado de 8,2% versus 2023, e a uma expansão de margem de 2,5 p.p. Tais desempenhos foram atingidos como resultado de nossa disciplina de execução e acompanhamento diligente de custos e despesas. A seguir reportamos como tais resultados se desdobram em cada um de nossos segmentos de negócios.

Ânima Core

No ano de 2024, o Ânima Core, apesar de apresentar queda na receita líquida de 4,5% versus 2023 para R\$ 2.106,4 milhões, entregou expansão de margem operacional de 1,2 p.p. versus 2023, atingindo 37,7%.

Ensino Digital

No ano de 2024, o Ensino Digital apresentou crescimento na receita líquida de 9,3% versus 2023 para R\$ 298,8 milhões, e entregou expansão de margem operacional de 15,9 p.p. versus 2023, atingindo 38,4%. Esta expansão de margem é fruto de uma maior alavancagem operacional e à disciplina na gestão de custos e despesas, além do impacto dos seguintes itens: a) redução da PDD no período, decorrente de um perfil de aluno melhor e de resultados de cobrança mais eficiente; b) redução dos serviços de terceiros; c) cobranças mais eficientes, resultando num incremento das multas e juros cobrados sobre mensalidades em atraso.

Inspirali

No ano de 2024, a Inspirali apresentou um crescimento de receita líquida de 11,4% versus 2023 para R\$ 1.396,1 milhões e, apesar da redução da margem bruta, fruto do amadurecimento das vagas autorizadas e uma consequente maior proporção de alunos no período do internato, entregou uma expansão de margem operacional de 0,5 p.p. para 53,2%.

EBITDA e EBITDA ajustado

Encerramos o ano de 2024 com um EBITDA ajustado ex-IFRS16 17,5% acima de 2023, em R\$ 1.084,9 milhões, e uma expansão de margem de 3,8 p.p. Essa expansão de margem é reflexo de uma combinação de iniciativas que incluem: a) a contínua melhora dos resultados operacionais dos nossos segmentos, b) a maior eficiência em nossa estrutura corporativa, c) um processo mais assertivo de cobrança de mensalidades em atraso, e d) uma melhora no patamar das despesas com aluguéis.

Com isso, seguimos a trajetória de expansão de margem EBITDA ajustada ex-IFRS16 LTM (*last twelve months*, ou últimos 12 meses), que cresceu pelo 12^o trimestre consecutivo e atingiu 28,5%.

Não-recorrentes

No ano de 2024 os gastos não-recorrentes tiveram impacto de R\$ 11,4 milhões no Lucro Líquido e R\$ 9,2 milhões no Ebitda Ajustado Ex-IFRS16. Os principais efeitos não-recorrentes foram:

- a) Na rubrica 'reestruturação e verbas rescisórias', cujos valores são substancialmente relacionados à reestruturação do "C-Level" da Companhia ocorrido no 3T24, além de verbas rescisórias da reestruturação de folha acadêmica e administrativa no 1S24.

- b) Na rubrica 'baixas contábeis de ativos', cujos montantes incluem a baixa de custos incorridos com a criação da empresa Inspirali LTD, descontinuada no 3T24, e reversão de provisões para perdas constituídas para a controlada Gama Academy, líquida da constituição de provisão para perdas em outros ativos.
- c) Na rubrica 'recuperação de impostos', que se refere à utilização de prejuízos fiscais, até então, não constituídos contabilmente, para quitação de passivos tributários.

Resultado financeiro

O Resultado Financeiro Líquido apresentou uma melhora de 14,6% (ou uma redução de R\$ 108,7 milhões) no ano de 2024 versus 2023. Este avanço é decorrente principalmente da redução das despesas de juros, na ordem de R\$ 112,1 milhões em 2024 versus 2023, resultado dos menores *spreads* obtidos nas iniciativas de gestão de passivos bancários. Destacamos ainda o aumento na receita com juros de mensalidades, que apresentou crescimento de 65,1% no ano de 2024 versus 2023, decorrente de políticas de cobranças mais rigorosas.

Abaixo estão relacionados os esforços de gestão de passivos bancários concretizados no ano de 2024, que refletiram na redução do custo da dívida e contribuíram para uma melhora do resultado financeiro líquido ao longo do ano, e cujos efeitos serão integralmente refletidos em trimestres futuros:

- 1) Conforme Comunicado ao Mercado de 10 de maio de 2024, a Inspirali aprovou em AGE sua 2ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 2,0 bilhões, cujos recursos foram destinados ao pré-pagamento do saldo remanescente da sua 1ª emissão de debenture e reforço do caixa para sustentação da sua estratégia de crescimento. Como resultado, seu custo da dívida passou a ser CDI + 1,65% ao ano, versus CDI + 2,60% ao ano da 1ª emissão.
- 2) Conforme Fato Relevante de 22 de maio de 2024, Ânima Holding realizou a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 200 milhões, com custo de CDI + 1,92% ao ano.
- 3) Conforme Fato Relevante de 8 de agosto de 2024, Ânima Holding realizou a 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 360 milhões, com custo de CDI + 1,92% ao ano.
- 4) Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 30 de setembro, Ânima Holding assinou contrato com Banco ABC Brasil S.A. para a emissão da 3ª Nota Comercial, no montante de R\$ 140 milhões, cujos recursos foram utilizados para o pré-pagamento das 1ª e 2ª Notas Comerciais, com redução expressiva da taxa juros para CDI + 1,75% ao ano (versus CDI + 3,25%), concomitantemente ao alongamento do prazo de pagamento dos montantes de principal, cujas amortizações previstas até o final de 2025 passam de R\$ 93,8 milhões para R\$ 17,5 milhões.
- 5) Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 11 de outubro de 2024, Ânima Holding renegociou dívidas com o Banco do Brasil, resultando em redução da taxa de juros para 1,65% (de 2,60% e 2,65%), concomitantemente ao alongamento da dívida, que passa a ter seu vencimento final prorrogado para setembro de 2029 (originalmente entre agosto de 2026 e julho de 2027). Adicionalmente, foi pactuada uma carência correspondente a R\$ 348,8 milhões (sendo R\$ 49,6 milhões em 2024, R\$ 197,6 milhões em 2025 e R\$ 101,6 milhões em 2026), com início das amortizações em março de 2027. Importante destacar que, por se tratar de renegociação de dívida, e não nova contratação, não houve incidência de IOF sobre a operação.

Com isso, a taxa do *spread* média da dívida consolidada da Ânima Educação passa para 1,7% ao ano (versus 1,9% ao ano registrado no 3T24), uma redução de 70 pontos base ao ano versus o *spread* médio registrado no 4T23 de 2,4%.

Lucro e margem líquidos

Concluimos o ano de 2024 com um lucro líquido atribuível aos acionistas controladores de R\$ 85,1 milhões, resultado do crescimento do EBITDA, da redução nas despesas com depreciação & amortização e de um melhor resultado financeiro líquido. O lucro líquido ajustado para 2024 alcançou R\$ 187,0 milhões, o maior resultado para o período em toda a história da Companhia, sendo ajustado por:

- Itens não recorrentes que impactaram o EBITDA;
- Utilização de prejuízo fiscal na consolidação de parcelamentos tributários;
- Amortização de intangíveis; e
- Impactos relacionados à emissão de debentures.

Destacamos ainda que a linha “Participação dos acionistas não controladores” está relacionada substancialmente à participação do sócio minoritário em nossa controlada Inspirali.

Caixa e endividamento líquido

Encerramos o ano de 2024 com uma posição de caixa de R\$ 1.252,0 milhões, 27,2% acima de 2023, e com uma dívida bruta de R\$ 4.134,3 milhões, 7,9% acima de 2023. Como resultado, a dívida líquida ajustada encerrou 2024 em R\$ 3.041,3 milhões, 1,4% acima de 2023, o que combinado a o aumento de 17,5% no EBITDA ajustado ex-IFRS 16 levou a uma redução na alavancagem da companhia para 2,80x ao final de 2024, versus 3,25x ao final de 2023. Assim, encerramos o ano de 2024 com posição de caixa suficiente para fazer frente aos nossos compromissos de vencimentos de dívida previstos para os anos de 2025, 2026 e 2027.

Contas a receber e prazo médio de recebimento (PMR)

Nosso ‘contas a receber líquido’ encerrou o ano de 2024 com um saldo de R\$ 836,9 milhões, uma redução de R\$ 54,8 milhões em relação ao 3T24, alinhado com a sazonalidade do negócio, uma vez que os alunos precisam renegociar as dívidas para poderem se matricular novamente. Com relação ao 4T23, o aumento nas contas a receber (+R\$ 70,4 milhões) está relacionado ao amadurecimento da carteira de financiamentos privados.

Nosso prazo médio de recebimento total encerrou o ano levemente abaixo versus o 3T24, alinhado a nossas políticas atuais de melhoria de capital de giro. Quando comparado ao 4T23, o PMR aumentou ligeiramente devido ao maior volume de antecipação de recebíveis cartão de crédito realizado no 4T23 e ao amadurecimento da carteira de financiamentos privados, conforme explicitado no parágrafo anterior.

Fluxo de caixa

A Companhia finalizou o ano de 2024 com uma geração de caixa da empresa de R\$ 783,6 milhões, representando um aumento e 10,2% em comparação ao ano de 2023.

Das atividades de financiamento, destacamos a redução de R\$ 75,3 milhões (-13,3%) nos juros pagos no ano de 2024 versus 2023. A redução deste montante está ligada aos seguintes fatores: a) redução do custo de captação, com *spread* sobre o CDI variando de 2,4% para 1,9%; b) redução da taxa SELIC média do período comparativo.

Em 2024 também realizamos o pagamento de R\$ 246,8 milhões em dividendos (R\$ 178,0 milhões aos acionistas da Ânima Holding e R\$ 65,7 milhões aos acionistas minoritários da Inspirali), reforçado o compromisso com o retorno de valor aos nossos acionistas



Investimentos (CAPEX)

Finalizamos o ano de 2024 com investimentos em CAPEX totalizando R\$ 175,6 milhões, 7,7% abaixo do montante investido em 2023 e equivalente a 4,6% da receita líquida do ano de 2024. Este resultado reflete o disciplinado trabalho de priorizar investimentos em sistemas e tecnologia que nos gerarão maior eficiência operacional nos próximos anos.

Retorno sobre o capital investido (ROIC)

O nosso retorno sobre capital investido (ROIC) consolidado foi de 10,8% no ano de 2024, melhora de 2,8 p.p. em relação ao ano de 2023. Ao excluirmos a incorporação dos intangíveis não amortizáveis das aquisições, chegamos a um ROIC de 26,9% no ano, ou seja, um aumento de 7,9 p.p em relação a 2023.

Seguimos confiantes e comprometidos com o aumento de lucratividade nos próximos períodos para conseguir entregar retorno crescentes aos acionistas.

Glossário

Lucro bruto ajustado

O Lucro bruto ajustado é uma medida de desempenho financeiro não baseada nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) adotada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras. O Lucro bruto ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as IFRS e não possui significado padronizado e nossa definição poderá não ser comparável à utilizada por outras empresas. O uso do Lucro bruto ajustado como indicador de lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como a depreciação e amortização, bem como itens não recorrentes.

EBITDA, EBITDA ajustado e EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 (“EBITDA ajustado ex-IFRS16”)

O EBITDA, o EBITDA ajustado e o EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA, o EBITDA ajustado e o EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, não apresentam o fluxo de caixa dos períodos indicados e não deverão ser considerados uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA, o EBITDA ajustado e o EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas. O uso do EBITDA, do EBITDA ajustado e do EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 como indicadores da lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas. O EBITDA corresponde ao nosso lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação, amortização e exaustão, conforme aplicável. O EBITDA ajustado é uma resultante do EBITDA ajustado para voltar os efeitos das multas e juros sobre mensalidades, equivalência patrimonial e itens não recorrentes. O EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 é composto pelo EBITDA ajustado excluindo o impacto positivo da adoção do IFRS 16.

Dívida líquida, Dívida líquida ajustada e Dívida líquida ajustada com efeito IFRS16

Nós calculamos a Dívida líquida a partir da soma de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures e derivativos deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras nos ativos e passivos circulantes e não circulantes. A Dívida líquida ajustada é calculada pela soma da Dívida líquida com ajuste de outras obrigações nos passivos circulantes e não circulantes. A Dívida líquida ajustada com efeito IFRS16 é calculada pela soma da Dívida líquida ajustada com o efeito dos passivos em decorrência do IFRS 16 (aplicado em 1 de janeiro de 2019). Não existe uma definição padrão para medir a Dívida líquida, Dívida líquida ajustada e a Dívida líquida ajustada com efeito IFRS16 e nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A Dívida líquida, Dívida líquida ajustada e a Dívida líquida ajustada com efeito IFRS16 não são medidas de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou medidas de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida.

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro líquido ajustado é uma medida de desempenho financeiro não baseada nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) adotada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras. O Lucro líquido ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as IFRS e não possui significado padronizado e nossa definição poderá não ser comparável à utilizada por outras empresas. O uso do Lucro líquido ajustado como indicador de lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como a depreciação e amortização, despesas corporativas, multas e juros sobre mensalidades, bem como itens não recorrentes.

As reconciliações estão nas tabelas a seguir.



Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social diminuído da reserva legal. Em 2024 o Resultado Líquido Contábil da Controladora totalizou um lucro de R\$ 85,1 milhões, dessa forma foi proposta pela Administração a destinação de R\$ 20,2 milhões referente aos resultados referentes ao exercício de 2024, a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes passou a atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, a partir da revisão das informações trimestrais relativas ao primeiro trimestre de 2023, em substituição à empresa PricewaterhouseCoopers Auditores. Informamos que a Ernst & Young Auditores foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: exame dos balanços patrimoniais da Companhia dos exercícios a findarem em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os balanços patrimoniais consolidados da Ânima Holding S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em conjunto com a auditoria anual, a revisão das informações financeiras trimestrais da Ânima Holding S.A. em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, 2024 e 2025. Essa revisão será realizada de acordo com normas do CFC e IAASB. Os honorários relativos a esses trabalhos em 2024 foram de R\$ 2.118.686,78 que representa os honorários de serviços de auditoria externa.

A Companhia adota determinados procedimentos para evitar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos referidos Auditores Independentes, conforme a sua Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, de forma que: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nos termos da Resolução CVM nº 23/21, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Declaração da Diretoria Executiva

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e os Diretores da companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

Reconciliação DRE 2024

Consolidado Ânima Valores em R\$ (milhões)	DRE Gerencial (Ajustado)	Deprec. & Amort.	Desp. Com alugueis	Reclas.	Corporativa	Multa & Juros Mens.	Itens Não Recor.	DRE Societária
Receita Bruta	7.772,0						0,0	7.772,0
Descontos, Deduções & Bolsas	(3.819,1)						0,0	(3.819,1)
Impostos & Taxas	(151,6)						0,0	(151,6)
Receita Líquida	3.801,4	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0	3.801,4
Total de Custos	(1.243,7)	(200,4)			0,0	0,0	(5,9)	(1.450,0)
- Pessoal	(834,5)						(5,5)	(840,0)
- Serviços de Terceiros	(120,5)						0,0	(120,5)
- Aluguel & Ocupação	(69,8)	(200,4)					(0,4)	(270,6)
- Outras	(218,9)						0,0	(218,9)
Lucro Bruto	2.557,7	(200,4)		0,0	0,0	0,0	(5,9)	2.351,4
Despesas Comerciais	(469,2)	0,0			(0,0)	0,0	0,0	(469,2)
- PDD	(178,5)				0,0		0,0	(178,5)
- Marketing	(290,6)				(0,0)		0,0	(290,7)
Despesas Gerais & Administrativas	(458,4)	(280,7)		27,9	(324,3)	0,0	(8,0)	(1.043,3)
- Pessoal	(292,9)				(203,6)		(23,4)	(519,9)
- Serviços de Terceiros	(112,3)				(82,6)		(1,3)	(196,2)
- Aluguel & Ocupação	(4,3)	(280,7)			0,9		(1,0)	(285,0)
- Outras	(48,9)			27,9	(38,9)		17,7	(42,2)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(17,6)	0,0		(27,9)	33,8	0,0	4,7	(7,0)
- Provisões	(28,1)				(1,0)		20,1	(9,0)
- Impostos & Taxas	(13,4)				(2,9)		0,1	(16,1)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	23,9			(27,9)	37,6		(15,5)	18,1
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	38,9				0,0	(38,9)	0,0	0,0
Resultado Operacional	1.651,5	(481,0)		0,0	(290,5)	(38,9)	(9,2)	831,9
- Despesas Corporativas	(290,5)				290,5			0,0
EBITDA Ajustado	1.361,0	(481,0)		0,0	0,0	(38,9)	(9,2)	831,9
(-) Despesa com aluguel	(276,1)		(276,1)					0,0
EBITDA Ajustado ex-IFRS16	1.084,9	-	(276,1)	-	-	-	-	-
(+) Despesa com aluguel	276,1		276,1		(37,6)	0,0	0,0	514,6
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(38,9)				0,0	38,9	0,0	0,0
(-) Itens Não-Recorrentes - EBITDA	(9,2)						9,2	0,0
EBITDA	1.312,9	(481,0)	276,1	0,0	0,0	0,0	0,0	831,9
Depreciação & Amortização	(481,0)	481,0					0,0	0,0
Equivalência Patrimonial	(11,8)						0,0	(11,8)
EBIT	820,1	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0	820,1
Resultado Financeiro Líquido	(634,0)						0,0	(634,0)
EBT	186,1	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0	186,1
Imposto de Renda & CSLL	18,4						0,0	18,4
Lucro Líquido	204,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	204,4
(-) Participação dos acionistas não controladores	119,3						0,0	119,3
Lucro Líquido, atribuível aos acionistas controladores	85,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	85,1
Itens Não-Recorrentes - EBITDA ²	9,1							
Recuperação de impostos	(16,0)							
Amortização de intangível ¹	90,5							
Penalty fee pré-pagamento debênture ²	1,7							
Baixa do custo de captação da debenture pré-paga	16,6							
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	187,0	-	-	-	-	-	-	-

¹ Amortização de ativos intangíveis das empresas adquiridas.

² Os valores são referentes a participação da Ânima Holding (74,01%) nos referidos ajustes.

Reconciliação da Dívida Ajustada

R\$ milhões	DEZ 24
(+) Total de Disponibilidades	1.252,0
Caixa	99,6
Aplicações Financeiras	1.152,4
(-) Total de Empréstimos e Financiamentos¹	4.134,3
Circulante	148,6
Não circulante	3.985,7
(=) Dívida Líquida²	(2.882,4)
(-) Outras obrigações ajustadas	158,9
(=) Dívida Líquida ajustada³	(3.041,3)
(-) Passivo Arrendamentos (IFRS-16)	1.188,7
Circulante	141,4
Não circulante	1.047,3
(=) Dívida Líquida ajustada Incl. IFRS-16³	(4.230,0)

¹ Considera empréstimos e financiamentos e derivativos.

² Considera apenas as obrigações bancárias.

³ Considera todas as obrigações de curto e longo prazos relacionadas ao pagamento de parcelamentos tributários e aquisições, excluindo Bolsas Proies. A partir de Set/2023 as bolsas Proies a serem concedidas, por não constituírem contas a pagar por aquisições, foram reclassificadas para a linha de "outras contas a pagar" no passivo circulante e não circulante, não sendo mais necessário o ajuste no endividamento.

⁴ Considera a Dívida líquida ajustada.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	795	62	99.601	139.411
Aplicações financeiras	6	299.981	20.584	1.152.380	765.834
Contas a receber	7	-	-	740.573	722.121
Adiantamentos diversos		2.427	1.356	30.095	31.489
Impostos e contribuições a recuperar	8	6.918	9.678	44.339	62.673
Direitos a receber por aquisições	10	-	-	-	43
Contas a receber com partes relacionadas	24	60.702	57.935	760	336
Dividendos a receber	24	81.416	57.626	-	-
Outros ativos circulantes		8.516	9.584	16.905	16.577
		460.755	156.825	2.084.653	1.738.484
Ativos mantidos para venda	12	-	-	-	32.000
Total do Ativo Circulante		460.755	156.825	2.084.653	1.770.484
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	-	79.223	-	79.223
Contas a receber	7	-	-	96.290	44.400
Impostos e contribuições a recuperar	8	41	-	47.291	49.042
Direitos a receber por aquisições	10	-	-	224.280	256.322
Depósitos Judiciais	17	367	489	157.172	149.504
Créditos com partes relacionadas	24	30.081	14.600	53	13.055
Outros ativos não circulantes		-	-	9.206	6.773
Investimentos	11	3.909.390	3.863.854	34.878	36.072
Imobilizado	12	3.881	4.991	514.965	552.507
Direitos de uso de arrendamentos	13	-	-	953.091	1.073.872
Intangível	14	110.308	118.276	5.566.994	5.624.223
Total do Ativo Não Circulante		4.054.068	4.081.433	7.604.220	7.884.993
TOTAL DOS ATIVOS		4.514.823	4.238.258	9.688.873	9.655.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores		30.708	17.647	210.396	176.692
Contas a pagar com partes relacionadas	24	11.159	41.176	168	168
Arrendamentos a pagar	13	-	-	141.427	144.371
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	116.123	266.613	146.947	875.973
Obrigações sociais e salariais		54.158	28.708	175.656	204.724
Obrigações tributárias		4.585	4.463	50.469	53.347
Adiantamentos de clientes	7	-	-	105.392	114.477
Parcelamento de impostos e contribuições		633	-	14.677	13.540
Contas a pagar por aquisições	16	-	-	29.174	28.477
Derivativos	25	1.658	4.156	1.658	4.156
Dividendos a pagar	24	20.701	-	41.809	21.708
Outros passivos circulantes		3.633	3.654	45.119	54.544
Total do Passivo Circulante		243.358	366.417	962.892	1.692.177
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Arrendamentos a pagar	13	-	-	1.047.299	1.159.595
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.854.958	1.292.283	3.974.119	2.921.129
Adiantamentos de clientes	7	-	-	15.695	16.415
Parcelamento de impostos e contribuições		1.372	-	50.382	44.689
Contas a pagar por aquisições	16	-	-	64.705	65.362
Débitos com partes relacionadas	24	88.994	122.323	74	73
Derivativos	25	11.606	29.096	11.606	29.096
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	71.737	64.974
Provisão para perdas em investimentos	11	32.812	12.495	4.214	12.495
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	17	520	582	573.727	665.570
Outros passivos não circulantes		6.951	10.577	132.189	126.559
Total do Passivo Não Circulante		1.997.213	1.467.356	5.945.747	5.105.957
TOTAL DOS PASSIVOS		2.240.571	1.833.773	6.908.639	6.798.134
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18	2.451.660	2.451.660	2.451.660	2.451.660
Reserva de capital		23.137	25.163	23.137	25.163
Ajuste de avaliação patrimonial	18	(174.568)	(157.411)	(174.568)	(157.411)
Ações em tesouraria	18	(176.257)	(178.283)	(176.257)	(178.283)
Reservas de lucros	18	150.280	263.356	150.280	263.356
Total do Patrimônio Líquido		2.274.252	2.404.485	2.274.252	2.404.485
Participação de acionistas não controladores	19	-	-	505.982	452.858
		2.274.252	2.404.485	2.780.234	2.857.343
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.514.823	4.238.258	9.688.873	9.655.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$ (exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	20	-	-	3.801.379	3.732.940
Custo dos produtos e serviços	21	-	-	(1.449.986)	(1.518.816)
Lucro bruto		-	-	2.351.393	2.214.124
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	21	-	-	(290.672)	(271.792)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	21	-	-	(178.526)	(192.236)
Gerais e administrativas	21	(108.781)	(98.702)	(1.043.300)	(1.140.404)
Resultado de equivalência patrimonial	11	331.011	74.999	(11.770)	(6.892)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	62.627	(26.450)	(7.026)	(77.898)
		284.857	(50.153)	(1.531.294)	(1.689.222)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		284.857	(50.153)	820.099	524.902
Receitas financeiras		16.093	22.560	169.997	168.528
Despesas financeiras		(227.012)	(302.037)	(804.028)	(911.305)
Resultado financeiro líquido	23	(210.919)	(279.477)	(634.031)	(742.777)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		73.938	(329.630)	186.068	(217.875)
IRPJ e CSLL correntes	9	-	-	(2.414)	(4.930)
IRPJ e CSLL diferidos	9	11.208	-	20.790	9.633
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.146	(329.630)	204.444	(213.172)
Participação da controladora		85.146	(329.630)	85.146	(329.630)
Participação de acionistas não controladores		-	-	119.298	116.458
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO - R\$	18	0,23	(0,87)		
LUCRO (PREJUÍZO) DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	18	0,23	(0,87)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) do exercício	85.146	(329.630)	204.444	(213.172)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	85.146	(329.630)	204.444	(213.172)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À:				
Participação da controladora	85.146	(329.630)	85.146	(329.630)
Participação de acionistas não controladores	-	-	119.298	116.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social				Reserva de lucros			Lucro (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Reserva legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.569.625	(117.965)	39.079	(136.107)	(184.271)	18.791	574.195	-	2.763.347	438.121	3.201.468
Ganho na mudança de participação em controlada	-	-	-	(25.987)	-	-	-	-	(25.987)	25.987	-
Aquisição de investimento (combinação de negócios IBCMED)	-	-	-	2.773	-	-	-	-	2.773	(2.773)	-
Remuneração baseada em ações	-	-	6	-	-	-	-	-	6	-	6
Realização da remuneração baseada em ações	-	-	(12.921)	-	12.921	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	(6.933)	-	-	-	(6.933)	-	(6.933)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	(329.630)	329.630	-	-	-
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	1.910	-	-	-	-	1.910	636	2.546
Dividendos distribuídos	-	-	(1.001)	-	-	-	-	-	(1.001)	(125.571)	(126.572)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(329.630)	(329.630)	116.458	(213.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.569.625	(117.965)	25.163	(157.411)	(178.283)	18.791	244.565	-	2.404.485	452.858	2.857.343
Realização da remuneração baseada em ações	-	-	(2.026)	-	2.026	-	-	-	-	-	-
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	(1.374)	-	-	-	-	(1.374)	(482)	(1.856)
Ajuste de participação em controlada	-	-	-	(15.783)	-	-	-	-	(15.783)	15.783	-
Aporte de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.236	1.236
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(178.000)	-	(178.000)	(61.608)	(239.608)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	85.146	85.146	119.298	204.444
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	4.257	-	(4.257)	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos e reversão de div. prescritos	-	-	-	-	-	-	-	(20.222)	(20.222)	(21.103)	(41.325)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	60.667	(60.667)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.569.625	(117.965)	23.137	(174.568)	(176.257)	23.048	127.232	-	2.274.252	505.982	2.780.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do exercício		85.146	(329.630)	204.444	(213.172)
Ajustes:					
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	21	-	-	178.526	192.236
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	12/14/21	62.441	56.582	329.899	366.367
Amortização direito de uso de arrendamentos	13/21	-	-	151.136	168.064
Multa entrega de imóveis	13	-	-	1.528	58.641
Resultado de equivalência patrimonial	11	(331.011)	(74.999)	11.770	6.892
Despesas juros sobre empréstimos, debêntures e impostos parcelados		220.951	232.597	516.623	606.902
Baixa de custo de captação antecipação pgto. debêntures e taxa de antecipação		964	-	25.666	-
Extinção de crédito com controlada		-	40.476	-	-
Perda por <i>impairment</i>		6.109	42.166	6.079	42.166
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	17	415	406	4.224	51.555
Despesa financeira de arrendamentos	13	-	-	142.313	154.840
Valor justo com derivativos		(1.057)	51.004	(1.057)	51.004
Valor justo <i>earn-out</i>		-	-	(2.956)	(69.497)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		(11.208)	-	(18.376)	(4.703)
Outros ajustes ao lucro		717	10.152	25.776	22.992
		33.467	28.754	1.575.595	1.434.287
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber		6.093	121.308	(321.156)	(128.597)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		(1.071)	2.952	1.575	23.771
Redução (aumento) de depósitos judiciais		(129)	(268)	(23.239)	(21.615)
Redução (aumento) de outros ativos		335	11.481	35.501	15.846
(Redução) aumento de fornecedores		(16.956)	(21.338)	33.462	(33.120)
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salariais		29.761	4.725	(18.659)	21.863
(Redução) aumento de adiantamento de clientes		-	(656)	38.365	8.932
(Redução) aumento de provisão para riscos		(185)	(56)	(78.754)	(86.998)
(Redução) aumento de outros passivos		(3.646)	(3.667)	3.198	(6.142)
		14.202	114.481	(329.707)	(206.060)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Juros pagos		(187.086)	(221.577)	(635.346)	(723.188)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.182)	(4.269)
		(139.417)	(78.342)	608.360	500.770
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuos com partes relacionadas					
Concessões		(8.309)	(21.554)	(2.161)	(6.500)
Recebimentos		4.983	23.150	1.525	500
Aumento/redução de capital em investida	11	(109.144)	(129.501)	(4.050)	(12.183)
Aumento de capital de acionistas não controladores	19	-	-	1.236	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(86.000)	-	-
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		-	108.768	-	-
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos		-	-	(9.031)	-
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras		(200.174)	180.710	(307.098)	209.142
Compra de ativo imobilizado	12	(617)	(542)	(87.339)	(92.877)
Compra de ativo intangível	14	(53.282)	(55.639)	(88.537)	(97.573)
Amortização de ações de controlada		173.398	-	-	-
Recebimento em transação intragrupo com ativo intangível	14	-	27.232	-	-
Dividendos recebidos		186.973	161.433	-	-
		(6.172)	208.057	(495.455)	509
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Mútuos com partes relacionadas					
Captações		215.296	614.384	-	54
Amortizações		(250.041)	(600.730)	-	(129)
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Captações		824.088	565.118	2.815.750	570.044
Amortizações		(454.601)	(850.485)	(2.526.907)	(878.497)
Perda com derivativos		(10.899)	(52.247)	(10.899)	(52.247)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	16	-	-	(41.790)	(109.114)
Pagamento de arrendamentos	13	-	-	(133.322)	(135.835)
Pagamento de multa sobre entrega de imóveis	13	-	-	(8.784)	(31.856)
Ações em tesouraria		-	(6.933)	-	(6.933)
Dividendos pagos		(177.521)	-	(246.763)	(139.786)
		146.322	(330.893)	(152.715)	(784.299)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento					
FLUXO DE CAIXA (APLICADO) GERADO NO EXERCÍCIO					
		733	(201.178)	(39.810)	(283.020)
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES					
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		62	201.240	139.411	422.431
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		795	62	99.601	139.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	20	-	-	3.952.945	3.879.478
Outras receitas		10.483	11.654	40.348	155.171
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	7/21	-	-	(178.526)	(192.236)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		-	-	(130.581)	(79.065)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		51.508	(57.681)	(812.194)	(1.014.073)
VALOR ADICIONADO BRUTO		61.991	(46.027)	2.871.992	2.749.275
Depreciação e amortização	-	(62.441)	(56.582)	(481.036)	(534.431)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		(450)	(102.609)	2.390.956	2.214.844
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	11	331.011	74.999	(11.770)	(6.892)
Receitas financeiras	23	16.093	22.560	169.997	168.528
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		346.654	(5.050)	2.549.183	2.376.480
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO					
Pessoal					
Remuneração direta		42.877	19.222	971.771	1.051.005
Benefícios		317	1.071	73.529	87.139
FGTS		95	203	90.980	107.126
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(9.117)	1.335	223.598	251.950
Estaduais		-	-	20	51
Municipais		323	403	166.264	159.335
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	23	227.012	302.037	804.028	911.305
Aluguéis		1	309	14.549	21.741
Remuneração de capitais próprios		85.146	(329.630)	204.444	(213.172)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		85.146	(329.630)	85.146	(329.630)
Participação de acionistas não controladores		-	-	119.298	116.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ÂNIMA HOLDING S.A., (“Ânima” ou “Companhia”), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ANIM3, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de Instituições de Ensino Superior (“IES”), demais instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e serviços de informação na Internet, como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de educação e inovação tecnológica.

A Ânima e suas controladas doravante serão referidas como “Grupo” para fins destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

As controladas da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa 2.3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e aos pronunciamentos técnicos do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.2.1. Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3. Bases de consolidação e equivalência em investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Os exercícios sociais das controladas, coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da Controladora.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas, controladas em conjunto, e coligadas:

	Participação (%)	
	31/12/2024	31/12/2023
Controladas (participação direta)		
Inspirali Educação S.A. (Inspirali) (i)	74	75
VC Network Educação S.A. (VC Network)	45	45
Rede Educacional do Brasil Ltda. (Rede)	100	100
NS Educação Ltda. (NS Educação)	100	100
Gama Academy Treinamento Profissional S.A. (Gama) (ii)	100	56

	Participação (%)	
	31/12/2024	31/12/2023
Controladas (participação indireta)		
Brasil Educação S.A. (Brasil)	86	86
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. (IEDUC)	86	86
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. (Sociesc)	86	86
Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. (Unimonte)	100	100
FACEB Educação Ltda. (FACEB)	100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. (Politécnico)	100	100
PGP Educação S.A. (PGP Educação)	86	86
AGES Educação Ltda. (AGES Educação)	100	100
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. (Ages)	74	75
Instituto de Educação Unicuritiba Ltda. (Unicuritiba)	100	100
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. (Faseh)	63	64
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. (UniFG)	47	47
Cesuc Educação Ltda. (Cesuc)	100	100
Sociedade Catalana de Educação Ltda. (Catalana)	100	100
Insegnare Educacional Ltda. (Insegnare)	86	86
HSM do Brasil S.A. (HSM Brasil)	100	100
Room Sistemas Interativos Ltda. (Medroom)	74	75
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. (Sobepe)	74	75
A2S Tecnologia para Educação Ltda. (A2S)	100	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária Ltda. (Ânima Extensão)	86	86
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. (Inovattus)	86	86
UNA Gestão Patrimonial S.A. (UNA GP)	100	100
VC Network Educação S.A. (VC Network)	41	41
AMC Serviços Educacionais Ltda (AMC)	86	86
ISCP – Sociedade Educacional Ltda. (ISCP ou UAM)	86	86
Associação Paraibana de Educação e Cultura Ltda. (Aspec)	100	100
FACS Serviços Educacionais Ltda. (Unifacs)	86	86
Faculdade de Desenvolvimento Rio Grande do Sul Ltda. (Fadergs)	100	100
Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda. (UniRitter)	100	100
Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. (IBMR)	100	100
Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. (UNP ou Apec)	86	86
Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura Ltda. (Socec)	100	100
Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS (Milton Campos)	100	100
SOBEPE Educação Ltda. (Sobepe Educação)	100	100
IBCMED Serviços de Educação S.A. (IBCMED)	74	75
CSS Educação Ltda. (CSS Educação)	100	100
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem estar Ltda. (MedPós)	74	75
CREFISO – Centro de Reabilitação e Condicionamento Físico Ltda. (Crefiso)	47	47
FG Farmácia e Drogaria Ltda. (FG Farmácia)	47	47
Clínica Veterinária Unifg Ltda. (FG Veterinária)	47	47
EMR Eu Médico Residente Ensino Ltda. (EMR) (iii)	74	-
Controlada em conjunto (joint venture)		
Le Cordon Bleu Ânima Ltda. (LCB)	50	50
Vivae Educação Digital S.A. (Vivae)	50	50
Coligadas		
Educa Itapevi	15	16
Singularity Education Group (Singularity)	4	4

- (i) Em 16 de fevereiro de 2024, o Fundo Genoma VIII (o “Fundo”), gerido pela DNA Capital Consultoria Ltda., e a Companhia firmaram um termo de ajuste de participação societária elevando em 0,99% a participação do Fundo no capital votante da Inspirali S.A., controlada da Ânima Holding S.A.. Após esse ajuste o Fundo passou a deter 25,99% do capital social da Inspirali S.A.. O referido ajuste decorreu da diferença na dívida líquida apurada na Inspirali Brasil na data do fechamento da transação (31 de março de 2022), divergindo da composição de dívida líquida estimada na assinatura do acordo de investimento firmado entre as partes.
- (ii) Em 04 de março de 2024, a Companhia celebrou contrato, na qualidade de compradora, junto aos demais detentores das ações da Gama Academy Treinamento Profissional S.A. Nessa data, a Companhia passou a deter o controle com 91,83% das ações da Gama Academy. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o contrato social aguarda a assinatura de minoritários, que possuem os 8,17% restantes das ações preferenciais.

Para a conclusão da transação, ficou acordado o pagamento de R\$1 (mil reais) como preço de aquisição da totalidade das ações em posse dos vendedores. O preço de aquisição foi livremente estabelecido entre as partes, considerando a realidade econômica da adquirida e as transações estabelecidas entre as partes nos períodos anteriores, como mútuos realizados e não pagos pela adquirida à Companhia. Além disso, a transação foi realizada considerando o encerramento das operações da Gama, não havendo, assim, indicativos para a alocação do preço de compra.

- (iii) Em 2 de dezembro de 2024, a controlada IBCMED celebrou o contrato de compra e venda da EMR, nota explicativa 5.

2.4. Comparabilidade

As demonstrações dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não incluem os resultados integrais das investidas Gama Academy e EMR, que passaram a ser consolidados a partir de 1º de março de 2024 e 02 de dezembro de 2024, respectivamente.

A leitura das demonstrações financeiras deve considerar esses aspectos. Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, as contas do resultado, na data de aquisição das empresas adquiridas no exercício de 2024:

Investidas	Data de aquisição	Resultado consolidado em 2024		Resultado acumulado antes da aquisição (não auditado)	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida (Resultado anterior)	Lucro (Prejuízo) (Resultado anterior)
EMR EU MEDICO RESIDENTE ENSINO LTDA	02/12/2024	1.859	220	20.532	4.265
GAMA ACADEMY TREINAMENTO PROFISSIONAL	04/03/2024	-	(140)	29	(1.054)

2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de março de 2025.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS, DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA E JULGAMENTOS

3.1. Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos técnicos do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são divulgadas abaixo:

3.1.1. Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota efetiva. Para as entidades operacionais participantes do PROUNI a alíquota efetiva é equivalente a zero e, para as entidades não participantes do PROUNI, a alíquota efetiva é de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

3.1.2. Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

3.1.3. Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor justo na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.1.4. Direito de uso de arrendamentos e arrendamentos a pagar

Os direitos de uso por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre

empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Desta forma, o Grupo adotou uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo spread (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Ânima, que é a taxa que a controladora Ânima pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Essas taxas levam em consideração a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da controladora Ânima, ajustadas para refletir as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato.

3.1.5. Perdas estimadas - contas a receber

A Companhia e suas controladas avaliam prospectivamente a estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa associadas às suas contas a receber. A metodologia aplicada considera se houve uma mudança significativa do risco de crédito.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9/CPC 48 para contas a receber de clientes, que exige que as perdas esperadas ao longo da vida sejam reconhecidas desde o reconhecimento inicial das contas a receber.

Normalmente, são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos três anos. As taxas de perda históricas são então ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que podem afetar a capacidade dos alunos de liquidar os recebíveis. A Companhia e suas controladas analisam outros diversos fatores e, se necessário, ajusta as taxas históricas de perdas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, em termos gerais, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo.

3.1.6. Impairment de ativos não financeiros

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que as condições de recuperabilidade podem estar deterioradas. Outros ativos são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O *impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros os quais podem diferir daqueles esperados pela Administração.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário.

4.1. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas (via participações diretas ou indiretas) são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Lucros ou prejuízos acumulados” para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou *joint venture* ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são remensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

4.4. Ativos financeiros

4.4.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas

(despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem.

Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

4.4.4. Impairment

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das estimativas para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

4.6. Depósitos judiciais

Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários.

4.7. Ativos de indenização

São despesas ou indenizações de responsabilidade de ex-proprietários das empresas do Grupo ou relacionadas ao contrato de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado. Os ativos de indenização são contabilizados na rubrica “Direitos a receber por aquisições” do balanço patrimonial.

4.8. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-31,5
Edificações	25-40
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Equipamentos de laboratórios	10
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de líquidos de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

4.9. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de transação.

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

4.10. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os

ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças, polos EAD e ágio, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula.

Licenças, polos EAD e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

	Vida útil estimada (anos)
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	4,5-5
Acordo de não competição	8
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso;
- A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo;
- Há capacidade de usar o intangível;
- Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos; e

- Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos.

4.11. **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do *ágio* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o *ágio* é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de *ágio* reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

4.12. **Combinação de negócios**

O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- Valores justos dos ativos transferidos;

- Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido;
- Participações societárias emitidas pelo grupo;
- Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente; e
- Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida.

O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro.

A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

4.13. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

4.15. Provisões de processos judiciais

As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão para riscos.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante.

4.16. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos

diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

4.16.1. Corrente

Conforme descrito na nota explicativa 4.18.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos (“PROUNI”), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

O imposto de renda e a CSLL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSLL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de imposto de renda e CSLL correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

4.16.2. Tributos Diferidos

Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é baseada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações.

O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido.

4.17. Reconhecimento de receita

4.17.1. Mensalidades

A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos *in company*, na forma de ensino presencial e à distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software.

A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará, parcialmente, conforme condições contratuais vigentes, a primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos.

As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravalor antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como “Adiantamentos de clientes” e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico.

4.17.2. Eventos

As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos.

4.17.3. Outras receitas

Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado, pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento.

4.18. Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo

4.18.1. FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil (“FIES”) é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (“MEC”).

Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal.

Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1).

O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros.

Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais

significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

4.18.2. PROUNI

O Programa Universidade Para Todos - “PROUNI” (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

A Lei nº 14.350, publicada em 25 de maio de 2022, altera as Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 11.128, de 28 de junho de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Lei antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão:

- IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e
- PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia.

A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2023 e 2022.

4.19. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando devidamente pagas ou recebidas.

4.20. Arrendamento

As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo essa a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

Estados	% por prazos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 22 anos
São Paulo	11,31% a 13,50%	12,25% a 12,75%	13,00% a 14,03%
Minas Gerais	11,37% a 12,87%	10,37% a 13,12%	12,87%
Santa Catarina	10,31% a 12,56%	10,56% a 16,31%	10,81% a 12,81%
Bahia	11,50% a 13,65%	10,50% a 13,50%	11,00% a 13,00%
Goiás	12,44%	-	12,94%
Rio de Janeiro	-	13,50% a 13,90%	-
Rio Grande do Norte	10,96% a 13,25%	8,53%	-
Rio Grande do Sul	9,14% a 12,81%	7,18% a 13,61%	-
Pernambuco	10,95%	-	-
Pará	-	13,25%	-
Brasília	-	10,50%	-
Paraná	-	11,00%	-
Sergipe	-	-	13,00%

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador.

4.21. Distribuição de lucros

De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Para a controlada VC network, o estatuto determina a distribuição de 100% do resultado do exercício.

Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é registrada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

4.22. Transações com partes relacionadas

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades.

4.23. Relatório de segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo.

A Administração, até o exercício de 2023, organizava o Grupo em três segmentos principais: “Inspirali Educação Médica”, “Ânima Core” e “Lifelong learning”. No segmento “Corporativo” estavam alocadas as despesas operacionais relacionadas à governança da Ânima Holding bem como despesas financeiras decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia para financiar parte de sua expansão.

Em 2024, considerando mudanças estratégicas, bem como a forma que a Administração acompanha o desempenho do negócio, o segmento “*Lifelong learning*” passou a ser apresentado como parte do segmento “Ânima Core”, e o segmento “Ensino digital” passou a ser apresentado de forma segregada.

Adicionalmente, o segmento corporativo passou a considerar, além das despesas exclusivas relacionadas à governança da Ânima Holding e despesas financeiras da Holding, despesas de estruturas corporativas que prestam serviços para todos os segmentos do Grupo. Sendo assim a apresentação dos segmentos é conforme segue:

- Inspirali Educação Médica – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- Ânima Core – Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais, no ensino presencial e semipresencial, em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec e prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

- **Ensino digital** – Compreende à cursos de graduação e pós-graduação cujas atividades são desenvolvidas no formato de ensino a distância, utilizando plataformas digitais e tecnologias de informação e comunicação.
- **Corporativo** – Atividades relacionadas à governança da Companhia e gestão de toda operação do Grupo, além de despesas financeiras de empréstimos contraídos pela Companhia para expansão das operações.

A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da companhia, não traz benefício adicional para análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

4.24. Adoção de novas normas e práticas contábeis

Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data, que afete materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

4.25. Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir:

Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025:

- IAS 21 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
- CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto

Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026:

- Alteração IFRS 9 – Divulgação de informações quantitativas para termos contratuais

Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027:

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis
- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a

Ihe afetar. Ademais a Companhia não espera que a adoção das normas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

5.1. Composição preço de compra e ágio

	2024
	EMR
Data de aquisição	02/12/2024
% Participação	100,00%
Pagamento à vista	15.000
Pagamentos parcelados	10.000
Earn-out	50.000
Valor nominal da aquisição	75.000
[-] Ajuste a valor presente	(23.119)
Valor presente da aquisição	51.881
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	23.136
Ágio gerado na aquisição	28.745

Em 2 de dezembro de 2024, o IBCMED efetuou a aquisição integral da Eu Médico Residente (“EMR”), pagando, à vista, o montante de R\$ 15.000, restando a pagar o montante de R\$ 60.000, sendo R\$ 10.000 referentes ao residual do preço de compra e R\$ 50.000 referentes à estimativa de *earn-out*.

5.2. Valor justo das aquisições

	2024
Alocação dos ativos	EMR
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	5.530
Outros ativos circulantes	3.316
Imobilizado	913
Intangível	3.789
Marca	22.345
Tecnologia	11.565
	47.458
Passivos	
Circulantes	6.792
IR/CS diferido passivo	11.530
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.000
	24.322
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	23.136

A Companhia e seus consultores iniciaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo e, conseqüentemente, do valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está apresentada a alocação preliminar do preço de compra.

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	795	56	22.314	41.142
Aplicações financeiras - Operações	-	6	77.287	98.269
Total do caixa e equivalentes de caixa	795	62	99.601	139.411
Aplicações financeiras - Investimento				
Curto prazo	299.981	20.584	1.152.380	765.834
Longo prazo	-	79.223	-	79.223
Total das aplicações financeiras	299.981	99.807	1.152.380	845.057
Ativo circulante	300.776	20.646	1.251.981	905.245
Ativo não circulante	-	79.223	-	79.223

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento, com liquidez imediata, que têm por objetivo alocar recursos em ativos financeiros de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade das cotas desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, médias percentuais entre 96,81% e 104,36% do CDI (entre 94,10% e 97,78% em 2023).

7. CONTAS A RECEBER E ADIANTAMENTO DE CLIENTES

7.1. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Contas a receber mensalidades (a)	943.155	961.440
FIES - Financiamento estudantil (b)	122.292	104.687
Financiamentos (c)	329.869	251.292
Eventos	7.159	6.026
Sublocações, serviços e outros	40.538	33.492
Total	1.443.013	1.356.937
Perdas estimadas (d)	(606.150)	(590.416)
Total geral contas a receber	836.863	766.521
Ativo circulante	740.573	722.121
Ativo Não circulante	96.290	44.400

(*) No comparativo, alguns saldos foram reclassificados para melhor análise e comparabilidade.

- (a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de crédito e cheques devolvidos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas realizaram antecipação de recebíveis e cessão de direitos fiduciários, ambos provenientes de cartão de crédito. Os valores líquidos recebidos foram R\$ 262.906 e R\$ 40.813 (R\$246.347 e R\$84.937, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, e as taxas de desconto pela antecipação estão entre 0,90% e 1,08% ao mês e pela cessão estão entre 0,92% e 1,11% ao mês. Ambas as operações não possuem direito de regresso.

- (b) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, serem recomprados pelo Fundo.
- (c) Refere-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, em que o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas reais de financiamento podem variar de 0% a 3% ao ano conforme a modalidade do contrato do aluno, o qual é corrigido pela inflação. Esta rubrica é composta pelos saldos dos financiamentos relativos ao Pravalor Gestão, Fiages (Ages), CEU (Unifacs), Fundacred (Uniritter e Fadergs) e Unimais (Unicuritiba). O saldo também inclui o programa Facilita, modalidade de pagamento na qual o aluno ingressante paga o valor entre R\$ 49,00 e R\$ 119,00 nas primeiras mensalidades e a diluição da diferença para o valor integral dessas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso.
- (d) A Companhia e suas controladas constituem perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade de alteração nos percentuais de estimativa de perdas com o objetivo de refletir o potencial impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país bem como para adequar a cobertura da estimativa frente ao saldo de contas a receber registrado.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, em que também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	507.743	(133.255)	26,24%	374.488	44,75%
Cartão de Crédito	19.371	-	-	19.371	2,31%
FIES	122.292	(12.687)	10,37%	109.605	13,10%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	189.475	(66.828)	35,27%	122.647	14,66%
De 91 a 180 dias	99.743	(43.191)	43,30%	56.552	6,76%
De 181 a 360 dias	179.787	(112.188)	62,40%	67.599	8,08%
De 361 a 720 dias	324.602	(238.001)	73,32%	86.601	10,34%
Total	1.443.013	(606.150)	42,01%	836.863	100,00%

Consolidado					
31/12/2023					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	361.019	(135.052)	37,41%	225.967	29,48%
Cartão de Crédito	59.550	-	-	59.550	7,77%
FIES	104.687	(7.060)	6,74%	97.627	12,74%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	184.297	(69.172)	37,53%	115.125	15,02%
De 91 a 180 dias	143.476	(46.634)	32,50%	96.842	12,63%
De 181 a 360 dias	164.233	(93.585)	56,98%	70.648	9,22%
De 361 a 720 dias	339.675	(238.913)	70,34%	100.762	13,14%
Total	1.356.937	(590.416)	43,51%	766.521	100,00%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação das perdas estimadas nos exercícios é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	590.416	583.209
Perdas estimadas no exercício	178.526	192.236
Baixa Cessão PraValer	-	(19.035)
Títulos baixados no exercício (i)	(162.792)	(165.994)
Saldo final	606.150	590.416

(i) Refere-se a títulos baixados na contabilidade, os quais estão vencidos há mais de dois anos.

7.2. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de alunos (a)	70.900	82.741
Crédito bolsas (b)	15.217	16.525
Faturamento antecipado de clientes (c)	33.739	29.539
Projetos de pesquisa	1.231	2.087
Total	121.087	130.892
Passivo Circulante	105.392	114.477
Passivo Não Circulante	15.695	16.415

(a) Refere-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito dos alunos participantes do Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravaler S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravaler S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do

aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.

(b) Referem-se a (i) créditos dos vendedores da manutenção da Unisul, que podem utilizá-los mediante a concessão de bolsas de estudo ou pela comercialização de tais bolsas, conforme previsto no contrato de compra e venda, e (ii) bolsas do programa Predu (Programa Educação para Todos) ofertadas pela Prefeitura de Paripiranga aos alunos da Ages e Ages Educação, de forma integral ou parcial nos cursos presenciais até a conclusão do curso. As fontes de recursos das bolsas Predu são provenientes da conversão dos valores devidos de ISS e IPTU à prefeitura de Paripiranga.

(c) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF (a)	2.732	5.518	28.861	39.591
IRPJ/CSLL (b)	-	-	7.951	2.982
Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c)	-	-	33.171	51.380
PIS/COFINS/CSLL	4.107	4.052	12.743	13.406
Outros	120	108	8.904	4.356
Total	6.959	9.678	91.630	111.715
Circulante	6.918	9.678	44.339	62.673
Não circulante	41	-	47.291	49.042

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras.

(b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) para ajuste anual da apuração do lucro real.

(c) Referem-se aos valores recuperáveis das IES que serão objeto de PER/DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela RFB.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

9.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada sobre as diferenças entre bases contábil e fiscal. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera ser aplicável no período, quando for realizado o ativo ou

liquidado o passivo de tais instituições, é próxima a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão calculados às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, o registro contábil de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 1.662.943 (R\$ 1.409.917, em 31 de dezembro de 2023) e, no consolidado, o montante é de R\$ 5.879.539 (R\$ 5.269.225, em 31 de dezembro de 2023), não sujeitos a prazo prescricional.

A Companhia aderiu ao programa de autorregularização incentivada, com dispositivos previstos na Lei 12.740/2023 e na Instrução Normativa (IN) 2.168/2023, com possibilidade de liquidar 50% dos débitos inseridos no programa com utilização de créditos de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico, e os outros 50% através de parcelamento fiscal em 48 meses, com correção do saldo pela taxa Selic. Os débitos elegíveis inscritos no programa, os quais são amparados por liminares e decisões judiciais acatadas pela Receita Federal e que estão em processo de homologação, totalizaram o montante de R\$ 32.048.

Neste contexto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas constituíram créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, no montante de R\$ 16.023, (sendo R\$ 11.208 na controladora), que foram utilizados para compensar parte dos débitos de INSS inscritos no programa de autorregularização incentivada. Do montante constituído na controladora, o valor de R\$ R\$ 8.860 foi transferido, às controladas que aderiram ao programa, por meio de instrumento de cessão onerosa de créditos.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Saldo Inicial	Movimentação			Saldo Final
	31/12/2023	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Compensação tributo diferido passivo	Compensação parcelamento	31/12/2024
Imposto de renda	-	14.831	(3.049)	(11.782)	-
Contribuição social	-	5.339	(1.098)	(4.241)	-
Total	-	20.170	(4.147)	(16.023)	-

	Saldo Inicial	Movimentação		Saldo Final
	31/12/2022	Constituição (amortização) de crédito tributário	Compensação tributo diferido passivo	31/12/2023
Imposto de renda	-	9.003	(9.003)	-
Contribuição social	-	3.241	(3.241)	-
Total	-	12.244	(12.244)	-

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação

de negócios, que deram origem a uma obrigação fiscal diferida que será realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

No exercício findo em dezembro de 2024, os tributos diferidos passivos estão apresentados pelo seu valor líquido, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, sendo, em geral, relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido consolidado.

A movimentação dos saldos passivos, exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi como segue:

	Saldo Inicial	Movimentação			Saldo Final
	31/12/2023	Combinação de negócios	Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Compensação com tributo diferido ativo	31/12/2024
Imposto de renda	47.774	8.478	(376)	(3.049)	52.827
Contribuição social	17.200	3.052	(244)	(1.098)	18.910
Total	64.974	11.530	(620)	(4.147)	71.737

	Saldo Inicial	Movimentação			Saldo Final
	31/12/2022	Combinação de negócios	Constituição (amortização) de crédito tributário	Compensação com tributo diferido ativo	31/12/2023
Imposto de renda	54.734	122	1.921	(9.003)	47.774
Contribuição social	19.706	45	690	(3.241)	17.200
Total	74.440	167	2.611	(12.244)	64.974

9.2. Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes de IRPJ e CSLL	73.938	(329.630)	186.068	(217.875)
Alíquota fiscal combinada	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
IRPJ e CSLL calculados pela alíquota fiscal combinada	(25.139)	112.074	(63.263)	74.078
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	112.544	25.500	(4.002)	(2.343)
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	195.146	156.125
Créditos tributários não constituídos (b)	(93.725)	(116.588)	(265.823)	(244.672)
Amortização do ágio	-	-	74.833	47.022
Perda por impairment	-	(14.336)	(2.067)	(14.336)
Constituição de crédito REFIS (c)	11.208	-	16.023	-
Outras adições e exclusões	6.320	(6.650)	67.529	(11.171)
IRPJ e CSLL calculados	11.208	-	18.376	4.703
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	-	-15,16%	0,00%	-9,88%
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	-	-	(2.414)	(4.930)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	11.208	-	20.790	9.633
Ativo	11.208	-	20.170	12.244
Passivo	-	-	620	(2.611)

- (a) Refere-se ao benefício das isenções fiscais do Imposto de Renda, da Contribuição Social, da COFINS e do PIS, em cumprimento ao disposto pela legislação do PROUNI. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.
- (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo perdas estimadas, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista a não existência de expectativa de sua realização.
- (c) Crédito tributário constituído para compensação permitida pelo programa de autorregulização incentivada, conforme mencionado na nota explicativa 9.1.

10. DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Reembolsáveis por alienantes (a)	109.201	113.744
Ativos de indenização (b)	106.086	129.957
Empréstimos a terceiros (c)	8.993	12.664
Total	224.280	256.365
Ativo Circulante	-	43
Ativo Não Circulante	224.280	256.322

- (a) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, ACAD, Ages, Ages Educação, Faceb, Fadergs, Faseh, Unicuritiba, UAM, APEC, Ieduc, Sociesc, Unifg, Milton Campos e IBMR provenientes de processos judiciais e parcelamentos fiscais pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários.
- (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 17), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. Parte significativa dos ativos de indenização teve origem na aquisição da UAM e será reembolsada pelos vendedores se, e quando, as provisões referentes aos processos judiciais se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados, os valores serão deduzidos do aluguel de imóveis que forem devidos aos vendedores, conforme previsto em contrato.
- (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O

empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários.

11. INVESTIMENTOS

As principais informações financeiras das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

31/12/2024							
Controladas com participação direta e demais participações							
Participação direta no patrimônio líquido	Total de ativos	Total dos Passivos	(-) Demais participações (i)	Patrimônio líquido/passivo a descoberto	(-) Resultado de demais participações (i)	Resultado do exercício	
VC Network (ii)	45%	4.577.139	215.897	2.616.498	1.744.744	602.741	108.172
Inspirali Brasil (iii)	74%	3.794.039	2.120.721	435.156	1.238.162	84.598	239.988
Rede	100%	627.856	209.885	-	417.971	-	(19.741)
NS Educação	100%	475.237	21.736	-	453.501	-	17.218
Vivae	50%	17.702	7.324	5.189	5.189	(7.928)	(7.928)
LCB	50%	17.325	25.803	(4.264)	(4.214)	(2.734)	(2.653)
Gama Academy (iv)	100%	2.615	31.213	-	(28.598)	-	(4.045)
Ânima Venture	-	-	-	-	15.651	-	-
Ágio	-	-	-	-	34.172	-	-
					3.876.578		331.011
				Investimentos	3.909.390		
				Provisão para perdas em investimentos	(32.812)		

- (i) Refere-se a participações em entidades controladas em conjunto e participação de acionistas não controladores.
- (ii) Refere-se à participação direta, de 45%, da Companhia no capital social da VC Network, referente às ações preferenciais que dão direito ao resultado líquido das operações não oriundas dos cursos de Medicina.
- (iii) Refere-se à participação de 73,99% da Companhia no capital social da Inspirali Brasil.
- (iv) Em março de 2024 a Companhia adquiriu o controle da Gama (nota explicativa 2.3).

Seguem abaixo as controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

31/12/2024							
Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido	(-) Resultado de acionistas não controladores	Resultado do exercício	
UniFG	55%	207.007	140.994	29.706	36.307	17.223	21.050
FASEH	74%	178.296	21.594	41.120	115.582	17.477	49.123
Inspirali Brasil	74%	3.794.039	2.120.721	435.156	1.238.162	84.598	239.988
				505.982		119.298	

Movimentação dos saldos no exercício:

Controladora										
Saldo em 31/12/2023	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Amortização de ações (ii)	Aquisição	Mudança de participação (i)	Redução de Capital	Saldo em 31/12/2024	
Ativo										
Inspirali Brasil	1.204.721	-	239.988	(1.374)	(189.390)	-	-	(15.783)	-	1.238.162
VC Network	1.809.970	-	108.172	-	-	(173.398)	-	-	-	1.744.744
Rede	316.523	121.189	(19.741)	-	-	-	-	-	-	417.971
NS Educação	473.750	22.541	17.218	-	-	-	-	(60.008)	-	453.501
Vivae	13.117	-	(7.928)	-	-	-	-	-	-	5.189
Ânima Venture	11.601	4.050	-	-	-	-	-	-	-	15.651
Ágio	34.172	-	-	-	-	-	-	-	-	34.172
	3.863.854	147.780	337.709	(1.374)	(189.390)	(173.398)	-	(15.783)	(60.008)	3.909.390
(Passivo)										
LCB	(1.561)	-	(2.653)	-	-	-	-	-	-	(4.214)
Gama Academy	(10.934)	-	(4.045)	-	-	-	(13.619)	-	-	(28.598)
	(12.495)	-	(6.698)	-	-	-	(13.619)	-	-	(32.812)
Total	3.851.359	147.780	331.011	(1.374)	(189.390)	(173.398)	(13.619)	(15.783)	(60.008)	3.876.578

- (i) Efeito decorrente da redução de 1,01% na participação da Companhia no capital social da Inspirali Brasil em função, principalmente, da apuração da dívida líquida, conforme explicado na nota explicativa 2.3.
- (ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovados, em assembleias gerais extraordinárias da controlada VC Network, a utilização de reservas para amortização parcial de 2.275.241 ações preferenciais da VC Network, no valor de R\$ 173.398. A amortização das ações representa a transferência, pela VC Network, do saldo positivo de caixa gerado pelas operações não relacionadas à medicina que são atribuíveis às ações preferenciais detidas pela acionista Anima Holding. As amortizações ocorreram sem redução do capital social da controlada. As ações amortizadas foram substituídas por ações de fruição que persistirão com os mesmos direitos conferidos às ações preferenciais não amortizadas, inclusive ao que tange ao direito a dividendos.

Controladora								
Saldo em 31/12/2022	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Amortização de ágio	Perda por impairment	Redução de Capital	Saldo em 31/12/2023
Ativo								
Inspirali Brasil	1.167.943	-	285.570	81.641	(330.433)	-	-	1.204.721
VC Network	1.902.968	192.543	(181.594)	(103.947)	-	-	-	1.809.970
Rede	435.411	88.612	(36.114)	-	-	-	(171.386)	316.523
NS Educação	431.016	28.704	14.030	-	-	-	-	473.750
Vivae	10.000	3.117	-	-	-	-	-	13.117
Ânima Venture	3.499	8.102	-	-	-	-	-	11.601
Ágio	34.069	-	-	-	103	-	-	34.172
	3.984.906	321.078	81.892	(22.306)	(330.433)	103	(171.386)	3.863.854
(Passivo)								
LCB	(96)	966	(2.431)	-	-	-	-	(1.561)
Gama Academy	17.036	-	(4.462)	-	-	(23.508)	-	(10.934)
	16.940	966	(6.893)	-	-	(23.508)	-	(12.495)
Total	4.001.846	322.044	74.999	(22.306)	(330.433)	103	(23.508)	3.851.359

12. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	8.657	(7.427)	1.230	1.421
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	6.343	(4.456)	1.887	2.538
Móveis e utensílios	10%	1.983	(1.565)	418	570
Máquinas e equipamentos	10%	1.078	(794)	284	372
Imobilizado em andamento		-	-	-	4
Outros	10% e 20%	671	(609)	62	86
Total		18.732	(14.851)	3.881	4.991

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	226.182	(207.346)	18.836	20.522
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,17% a 10%	654.884	(411.144)	243.740	254.106
Móveis e utensílios	10%	196.800	(166.023)	30.777	36.297
Máquinas e equipamentos	10%	184.518	(157.821)	26.697	22.442
Edificações	2,5% a 4%	105.995	(41.064)	64.931	69.559
Terrenos		31.975	-	31.975	32.092
Biblioteca e videoteca	10%	144.347	(133.527)	10.820	16.474
Imobilizado em andamento		5.561	-	5.561	21.552
Equipamentos de laboratório	10%	224.119	(145.814)	78.305	75.065
Outros	10% e 20%	40.551	(37.228)	3.323	4.398
Total		1.814.932	(1.299.967)	514.965	552.507

As movimentações do ativo imobilizado da controladora e do consolidado estão demonstradas a seguir:

	Controladora					
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificações/Transferências	Saldo líquido em 31/12/2024
Computadores e periféricos	1.421	615	(237)	(569)	-	1.230
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.538	-	-	(654)	3	1.887
Móveis e utensílios	570	-	-	(152)	-	418
Máquinas e equipamentos	372	-	-	(88)	-	284
Imobilizado em andamento	4	-	(1)	-	(3)	-
Outros	86	2	-	(26)	-	62
Total	4.991	617	(238)	(1.489)	-	3.881

	Controladora					
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificações/Transferências	Saldo líquido em 31/12/2023
Computadores e periféricos	1.539	504	(9)	(613)	-	1.421
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.903	-	-	(587)	222	2.538
Móveis e utensílios	704	29	-	(163)	-	570
Máquinas e equipamentos	464	-	-	(92)	-	372
Imobilizado em andamento	229	3	(6)	-	(222)	4
Outros	113	6	-	(33)	-	86
Total	5.952	542	(15)	(1.488)	-	4.991

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2024
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificações/Transferências	Combinação de Negócio	
Computadores e periféricos	20.522	7.023	(996)	(7.869)	-	156	18.836
Benfeitorias em imóveis de terceiros	254.106	39.405	(1.343)	(67.218)	18.410	380	243.740
Móveis e utensílios	36.297	4.381	(148)	(9.861)	-	108	30.777
Máquinas e equipamentos	22.442	9.215	(101)	(6.322)	1.134	329	26.697
Edificações	69.559	-	(796)	(3.832)	-	-	64.931
Terrenos	32.092	-	(117)	-	-	-	31.975
Biblioteca e videoteca	16.474	6	(106)	(5.558)	4	-	10.820
Imobilizado em andamento	21.552	2.711	(292)	-	(18.410)	-	5.561
Equipamentos de laboratório	75.065	17.922	(1.167)	(14.695)	1.180	-	78.305
Outros	4.398	6.676	(878)	(4.558)	(2.318)	3	3.323
Total	552.507	87.339	(5.944)	(119.913)	-	976	514.965

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2023
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificações/Transferências	Transferências	
Computadores e periféricos	18.794	9.998	(174)	(8.096)	-	-	20.522
Benfeitorias em imóveis de terceiros	254.701	31.056	(11.813)	(50.372)	30.534	-	254.106
Móveis e utensílios	44.497	3.504	(283)	(11.421)	-	-	36.297
Máquinas e equipamentos	30.417	1.523	(120)	(9.378)	-	-	22.442
Edificações	98.581	-	-	(5.001)	-	(24.021)	69.559
Terrenos	47.377	-	-	-	-	(15.285)	32.092
Biblioteca e videoteca	22.849	6	(1)	(6.380)	-	-	16.474
Imobilizado em andamento	21.835	31.351	(669)	-	(30.965)	-	21.552
Equipamentos de laboratório	74.169	14.866	(589)	(13.381)	-	-	75.065
Outros	5.438	573	(25)	(2.019)	431	-	4.398
Total	618.658	92.877	(13.674)	(106.048)	-	(39.306)	552.507

12.1. Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dada em garantia de processos judiciais. Foram oneradas algumas edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$ 8.999 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 9.409, em 31 de dezembro de 2023).

12.2. Ativos mantidos para venda

A controlada, PGP Educação, destinou o terreno e o imóvel em Pinheirinho, em 30 de novembro de 2023, para ativos mantidos para venda na expectativa de conclusão do contrato de intenção de compra e venda firmado com terceiros. O ativo classificado como mantido para venda foi mensurado pelo valor justo menos os custos da transação, inicialmente avaliado em R\$ 32.000. O contrato final para a conclusão da operação foi firmado com valor de R\$ 32.700. A venda e transferência do imóvel foram concluídas em abril de 2024 pelo valor justo, sendo R\$ 3.000 pagos à vista e o restante em 32 parcelas de R\$ 928 atualizadas monetariamente pelo INCC (Índice Nacional da Construção Civil).

As parcelas, com vencimento a partir de julho de 2024, foram cedidas em favor do Banco ABC Brasil. O valor líquido recebido nessa operação foi de R\$ 23.453, à taxa de desconto pela antecipação de 1% ao mês. Essa operação não possui direito de regresso.

13. DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2023	1.073.872	1.303.966	-
Adição e remensuração	46.947	46.947	-
Baixa	(16.592)	(21.609)	5.017
Pagamento	-	(275.635)	-
Amortização	(151.136)	-	(151.136)
Despesa financeira	-	142.313	(142.313)
Pagamento de multas	-	(8.784)	-
Despesa com multa (i)	-	1.528	(1.528)
Saldo em 31/12/2024	953.091	1.188.726	(289.960)
Circulante	-	141.427	-
Não Circulante	953.091	1.047.299	-

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2022	1.310.352	1.506.698	-
Adição e remensuração	77.328	77.328	-
Baixa	(145.744)	(170.785)	25.041
Pagamento	-	(290.675)	-
Concessão de pagamentos (i)	-	(225)	225
Amortização	(168.064)	-	(168.064)
Despesa financeira	-	154.840	(154.840)
Pagamento de multas	-	(31.856)	-
Despesa com multa (i)	-	58.641	(58.641)
Saldo em 31/12/2023	1.073.872	1.303.966	(356.279)
Circulante	-	144.371	-
Não Circulante	1.073.872	1.159.595	-

(i) Valor referente às multas em decorrência das devoluções de imóveis das instituições UAM, UNP, FACS, Brasil e Ages.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
	31/12/2024
2026	106.272
2027	92.463
2028	95.539
2029	79.828
Após 2029	673.197
Total	1.047.299

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando

do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 4,96% ao ano para 2025, 4,01% para 2026, 3,83% para 2027 e os anos posteriores a 2027, conforme boletim Focus publicado em 27 de dezembro de 2024. Apresentamos na coluna “Com inflação” comparado com os montantes registrados, na coluna “Sem inflação”.

	31/12/2024		
	Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	953.091	1.019.592	6,98%
Passivo de arrendamento	1.188.726	1.282.771	7,91%
Despesa de amortização	(151.136)	(160.443)	6,16%
Despesa financeira	(142.313)	(150.980)	6,09%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas, acrescidas da inflação futura projetada, não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

14. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	Controladora			
		31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Intangíveis reconhecidos pelo custo					
Softwares	20%	253.180	(169.050)	84.130	91.164
Desenv. conteúdo EAD	33%	63.727	(42.096)	21.631	23.923
Intangível em desenvolvimento		2.490	-	2.490	-
Direitos Autorais	20%	7.416	(5.359)	2.057	3.189
Total		326.813	(216.505)	110.308	118.276
Total do Intangível		326.813	(216.505)	110.308	118.276

	Taxas anuais de amortização	Consolidado			
		31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Intangíveis em combinações de negócios					
Ágio		3.263.482	-	3.263.482	3.235.253
Marcas e patentes	3,33%	585.448	(74.696)	510.752	507.163
Licença		1.384.611	-	1.384.611	1.384.611
Carteira de clientes	20% a 22%	596.213	(533.814)	62.399	152.430
Acordo de Não competição	12%	2.098	(2.077)	21	246
Polos EAD		119.343	-	119.343	119.343
Tecnologia	20%	20.014	(6.900)	13.114	3.239
Total		5.971.209	(617.487)	5.353.722	5.402.285
Intangíveis reconhecidos pelo custo					
Softwares	20%	468.877	(312.973)	155.904	152.955
Desenv. conteúdo EAD	33%	181.593	(138.033)	43.560	55.332
Credenciamento MEC	33%	24.897	(19.882)	5.015	5.178
Cessão de Uso/Know-How	20%	1.403	(1.403)	-	43
Intangível em desenvolvimento		6.403	-	6.403	5.240
Direitos Autorais	33%	7.838	(5.448)	2.390	3.190
Total		691.011	(477.739)	213.272	221.938
Total do Intangível		6.662.220	(1.095.226)	5.566.994	5.624.223

A movimentação da controladora é:

	Controladora					Saldo líquido em 31/12/2024
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações/Transferências	Amortização	
Intangíveis reconhecidos pelo custo						
Softwares	91.164	35.817	(181)	121	(42.791)	84.130
Desenv. conteúdo EAD	23.923	10.511	(117)	4.024	(16.710)	21.631
Intangível em desenvolvimento	-	6.635	-	(4.145)	-	2.490
Direitos Autorais	3.189	319	-	-	(1.451)	2.057
Total	118.276	53.282	(298)	-	(60.952)	110.308
Total do Intangível	118.276	53.282	(298)	-	(60.952)	110.308

	Controladora					Saldo líquido em 31/12/2023
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Transferência (a)	
Intangíveis reconhecidos pelo custo						
Softwares	115.161	42.151	(658)	(38.258)	(27.232)	91.164
Desenv. conteúdo EAD	28.510	13.488	(2.658)	(15.417)	-	23.923
Direitos Autorais	4.608	-	-	(1.419)	-	3.189
Total	148.279	55.639	(3.316)	(55.094)	(27.232)	118.276
Total do Intangível	148.279	55.639	(3.316)	(55.094)	(27.232)	118.276

(a) Transferência entre Ânima e sua controlada Inspirali Brasil de parte do CAPEX pago pela Anima Holding que beneficiará a operação Inspirali Educação médica.

A movimentação consolidada é:

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2024
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações/Transferências	Amortização	Combinação de negócios (i)	Impairment	
Intangíveis em combinações de negócios								
Ágio	3.235.253	-	-	-	-	28.745	(516)	3.263.482
Marcas e patentes	507.163	-	-	-	(18.756)	22.345	-	510.752
Licença	1.384.611	-	-	-	-	-	-	1.384.611
Carteira de clientes	152.430	-	-	-	(90.031)	-	-	62.399
Acordo de Não competição	246	-	-	-	(225)	-	-	21
Polos EAD	119.343	-	-	-	-	-	-	119.343
Tecnologia	3.239	-	-	-	(1.690)	11.565	-	13.114
Total	5.402.285	-	-	-	(110.702)	62.655	(516)	5.353.722
Intangíveis reconhecidos pelo custo								
Softwares	152.955	51.870	(1.387)	5.366	(55.903)	3.003	-	155.904
Desenv. conteúdo EAD	55.332	17.561	(81)	8.891	(38.599)	456	-	43.560
Credenciamento MEC	5.178	2.946	-	173	(3.282)	-	-	5.015
Cessão de Uso/Know-How	43	-	-	-	(43)	-	-	-
Intangível em desenvolvimento	5.240	15.833	(240)	(14.430)	-	-	-	6.403
Direitos Autorais	3.190	327	-	-	(1.458)	331	-	2.390
Total	221.938	88.537	(1.708)	-	(99.285)	3.790	-	213.272
Total do Intangível	5.624.223	88.537	(1.708)	-	(209.987)	66.445	(516)	5.566.994

	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Consolidado			Saldo líquido em 31/12/2023
				Reclassificações/ Transferências	Amortização	Combinação de negócios (i)	
Intangíveis em combinações de negócios							
Ágio	3.235.370	-	-	-	-	(117)	3.235.253
Marcas e patentes	526.230	-	-	(2)	(19.507)	442	507.163
Licença	1.384.611	-	-	-	-	-	1.384.611
Carteira de clientes	295.338	-	-	(76)	(142.878)	46	152.430
Acordo de Não competição	493	-	-	-	(247)	-	246
Polos EAD	119.260	-	-	83	-	-	119.343
Material EAD	737	-	-	(5)	(732)	-	-
Tecnologia	4.928	-	-	-	(1.689)	-	3.239
Total	5.566.967	-	-	-	(165.053)	371	5.402.285
Intangíveis reconhecidos pelo custo							
Softwares	143.141	59.769	(878)	3.166	(52.243)	-	152.955
Desenv. conteúdo EAD	71.112	26.037	(3.588)	-	(38.229)	-	55.332
Credenciamento MEC	5.108	3.211	(3)	-	(3.138)	-	5.178
Cessão de Uso/Know-How	280	-	-	-	(237)	-	43
Intangível em desenvolvimento	4.437	8.556	(4.587)	(3.166)	-	-	5.240
Direitos Autorais	4.609	-	-	-	(1.419)	-	3.190
Total	228.687	97.573	(9.056)	-	(95.266)	-	221.938
Total do Intangível	5.795.654	97.573	(9.056)	-	(260.319)	371	5.624.223

(i) Em 2024, esses valores se referem à aquisição da EMR e em 2023 à finalização da alocação do preço de compra da Medpós.

14.1. Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado							Total geral
	Intangíveis amortizáveis				Intangíveis não amortizáveis			
	Carteira de clientes	Acordo de Não competição	Marcas e patentes	Tecnologia	Licença	Polos EAD	Ágio	
IEDUC	-	-	20.317	-	-	-	38.114	58.431
Sociesc	-	-	17.633	-	3.787	-	45.103	66.523
FACEB	-	21	-	-	7.255	-	28.721	35.997
Politécnico	-	-	-	-	1.780	-	16.868	18.648
Áges e Vidam	-	-	14.129	-	37.609	-	159.419	211.157
Unicuritiba	-	-	15.022	-	23.858	-	107.551	146.431
FASEH	-	-	-	-	33.602	-	117.239	150.841
UniFG	993	-	-	-	19.920	-	83.471	104.384
Cesuc e Catalana	-	-	-	-	6.430	-	21.290	27.720
Medroom	-	-	-	1.549	-	-	14.234	15.783
USJT	-	-	29.083	-	54.600	-	174.445	258.128
ISCP	25.418	-	132.467	-	423.610	21.824	1.048.795	1.652.114
Rede	-	-	-	-	-	-	42.149	42.149
UNIFACS	22.297	-	65.772	-	298.826	24.138	577.024	988.057
FADERGS	-	-	10.308	-	24.702	12.377	46.814	94.201
UniRitter	-	-	25.491	-	67.585	12.065	33.812	138.953
IBMR	-	-	20.613	-	62.364	15.089	150.318	248.384
APEC	5.829	-	47.868	-	191.332	18.034	242.127	505.190
SOCEC	-	-	10.716	-	22.276	8.816	29.786	71.594
Milton Campos	-	-	3.903	-	3.252	-	44.798	51.953
IBC MED	-	-	6.971	-	-	-	37.869	44.840
MedPós	-	-	411	-	-	-	4.590	5.001
FACED	-	-	-	-	1.736	-	2.678	4.414
Jangada	-	-	-	-	3.191	-	3.899	7.090
Unisul	7.862	-	47.307	-	96.896	7.000	163.624	322.689
EMR	-	-	22.346	11.565	-	-	28.744	62.655
HSM Brasil	-	-	18.059	-	-	-	-	18.059
Outras	-	-	2.336	-	-	-	-	2.336
	62.399	21	510.752	13.114	1.384.611	119.343	3.263.482	5.353.722

14.2. Teste ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGCs, confrontamos nossas projeções com os dados previstos de nossas operações e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGCs, não houve a necessidade de reconhecimento de revisão do valor recuperável de tais ativos, exceto pelo ágio do Oresidente (incorporado pelo IBCMED), com perda de R\$ 516 reconhecida no resultado do exercício.

14.2.1. Marca:

O valor recuperável do ativo marca HSM foi estimado pela abordagem do valor em uso, utilizando a metodologia dos royalties evitados (*Relief from royalties*), a qual tem como premissa que uma empresa seria obrigada a pagar ao detentor do ativo intangível marca um “aluguel” pelo seu uso. A partir do momento que a empresa adquire o ativo, não necessita mais pagar pelo seu uso, daí a economia gerada.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso da marca da HSM foram:

Premissas	Marca HSM
Taxa de desconto ao ano	10,60%
Período de projeção (vida útil estimada)	25 anos
Crescimento nominal médio da receita ao ano	3,59%
Taxa de <i>royalties</i> sobre receita líquida	5,78%
Carrying amount	23.711

14.2.2. Demais ativos:

Para estimar o valor recuperável das UGCs utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2024, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGCs participantes do PROUNI foram:

Premissas	UGC's Ensino
Taxa de desconto ao ano	13,34%
Período de projeção	5 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	3,15%
Crescimento médio dos gastos ao ano	1,55%
Carrying amount (valor testado)	5.838.484

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGCs que não ofertam graduação foram:

Premissas	Outras UGC's
Taxa de desconto ao ano	10,60%
Período de projeção	5 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	10,57%
Crescimento médio dos gastos ao ano	10,17%
Carrying amount (valor testado)	100.790

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGCs a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Contrato	Valor captado	Indexador	Taxa média de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores financeiros (covenants)	Controladora		Consolidado	
								31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures Ânima 2ª emissão - série única	350.000	CDI	3,48%	21/11/2019	11/11/2024	Juros semestrais a partir de maio de 2020 e principal semestral a partir de novembro de 2021	Medidos semestralmente a partir de dez/23 : - Dívida líquida / EBITDA ajustado <= 3,5 (a partir de jun/24 <= 3,0) - EBITDA Ajustado / Despesas financeiras > 1,3	-	73.810	-	73.810
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1	600.000	CDI	1,65%	28/12/2022	13/12/2027	Juros mensais e principal em dezembro de 2027	Medidos semestralmente a partir de dez/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma <= 3,5 (a partir de jun/24 <= 3,0) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras >= 1,3	594.616	586.233	594.616	586.233
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 2	200.000	IPCA	8,05%	28/12/2022	13/12/2029	Juros mensais e principal em dezembro de 2028 e 2029	Medidos semestralmente a partir de dez/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma <= 3,5 (a partir de jun/24 <= 3,0) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras >= 1,3	187.869	202.751	187.869	202.751
Debêntures Ânima 5ª emissão - série única (b)	200.000	CDI	1,92%	22/05/2024	15/05/2029	Juros semestrais e principal anualmente a partir de maio de 2026.	Medidos semestralmente a partir de jun/24: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma <= 3,5 (a partir de dez/24 <= 3,0) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras >= 1,3	202.494	-	202.494	-
Debêntures Ânima 6ª emissão - série única (c)	360.000	CDI	1,92%	20/08/2024	16/08/2029	Juros semestrais e principal anualmente a partir de agosto de 2026.	Medidos semestralmente a partir de dez/24: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma <= 3,0 - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras >= 1,3	375.130	-	375.130	-
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão (a)	2.000.000	CDI	2,60%	31/03/2022	30/03/2027	Juros semestrais e principal anualmente a partir de março de 2024.	Medidos anualmente a partir de mar/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma até mar/24 (inclusive) <3,5 a partir de mar/24 (exclusive) <3,0 - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras > 1,3	-	-	-	2.042.661
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão (a)	2.000.000	CDI	1,65%	27/05/2024	15/05/2029	Juros semestrais e principal anualmente a partir de maio de 2027.	Medidos semestralmente a partir de dez/24: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma <3,5 - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras > 1,3	-	-	2.022.747	-
IFC	139.080	CDI	1,49%	10/05/2016	15/03/2024	Juros semestrais a partir de setembro de 2016 e principal semestralmente a partir de março de 2019.	Medidos trimestralmente: - Liquidez corrente > 0,90 - Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado <= 3,1 - EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida >= 0,8	-	13.154	-	13.154
IFC (moeda estrangeira)	242.321	SOFR	2,43%	10/07/2020	15/03/2028	1ª parcela de juros semestral em outubro	Medidos trimestralmente: - Liquidez corrente >= 1,20	162.544	174.629	162.544	174.629

Contrato	Valor captado	Indexador	Taxa média de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores financeiros (covenants)	Controladora		Consolidado	
								31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
						de 2020 Principal semestral a partir de março de 2023	- Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3 (a partir de mar/25 < 2,5) - EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida >= 1,30				
Banco ABC 1 (d)	100.000	CDI	3,25%	30/05/2023	01/06/2026	Juros trimestrais a partir de agosto de 2023 e principal trimestralmente a partir de agosto de 2024.	- Medidos semestralmente: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma a partir de junho/24 =< 3,5 a partir de jun/25 =< 3,0	-	100.375	-	100.375
Banco ABC 2 (d)	50.000	CDI	3,25%	15/08/2023	13/08/2026	Juros trimestrais a partir de novembro de 2023 e principal trimestralmente a partir de novembro de 2024.	- Medidos semestralmente: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma a partir de junho/24 =< 3,5 a partir de jun/25 =< 3,0	-	50.278	-	50.278
Banco ABC 3 (d)	140.000	CDI	1,75%	30/09/2024	27/09/2027	Juros trimestrais a partir de dezembro de 2024 e principal trimestralmente a partir de dezembro de 2025.	Medidos semestralmente: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma a partir de dez/24 =< 3,5 a partir de jun/25 =< 3,0	138.894	-	138.894	-
Banco do Brasil - Capital de Giro 1 (e)	100.000	CDI	1,65%	28/06/2023	25/09/2029	Juros semestrais a partir de março de 2025 e principal semestral a partir de março de 2027	- Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3,5, a partir de dezembro de 2023.	89.004	99.564	89.004	99.564
Banco do Brasil - Capital de Giro 2 (e)	100.000	CDI	1,65%	27/04/2023	28/09/2029	Juros semestrais a partir de março de 2025 e principal semestral a partir de março de 2027	Não aplicável	82.889	99.486	82.889	99.486
Banco do Brasil - Capital de Giro 3 (e)	98.000	CDI	1,65%	04/07/2023	25/09/2029	Juros semestrais a partir de março de 2025 e principal semestral a partir de março de 2027	- Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3,5, a partir de dezembro de 2023.	90.194	104.566	90.194	104.566
Banco do Brasil - Capital de Giro Rede (e)	262.143	CDI	1,65%	25/06/2021	25/09/2028	Juros semestrais a partir de março de 2025 e principal semestral a partir de março de 2027	Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA < 3,5, a partir de junho de 2024.	-	-	126.692	195.533
Santander	60.000	CDI	3,78%	28/12/2023	20/12/2024	Juros mensais e principal pago em dezembro de 2024	Não aplicável	-	10.005	-	10.005
Outros	105.897	-	2,30% a 9,55%	Diversas	Último em 28/03/2027	-	Medidos Semestralmente: Dívida líquida/EBITDA < 3,5	47.447	44.045	47.993	44.057
Total Empréstimos								1.971.081	1.558.896	4.121.066	3.797.102
Passivo Circulante								116.123	266.613	146.947	875.973
Passivo Não Circulante								1.854.958	1.292.283	3.974.119	2.921.129

- (a) A Inspirali Brasil aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 9 de maio de 2024, a 2ª Emissão de Debêntures simples. A Emissão totalizou o montante de R\$ 2.000.000 com prazo total de 5 anos, incidindo taxa de juros de CDI +1,65% ao ano. Os recursos líquidos captados por essa emissão foram destinados à quitação integral das debêntures da 1ª emissão Inspirali Brasil e ao reforço de caixa com o valor remanescente.
- (b) O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 22 de maio de 2024, a realização da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, em que foram distribuídas 200 mil debêntures simples com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais).
- (c) O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 8 de agosto de 2024, a realização da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, em que foram distribuídas 360 mil debêntures simples com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais).
- (d) O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 30 de setembro de 2024, a realização da 3ª emissão de notas comerciais escriturais. Foram emitidas 140 mil notas comerciais escriturais com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais). O recurso desta captação foi utilizado para realizar o pagamento antecipado da 1ª e 2ª emissão de notas escriturais.
- (e) Em conformidade com as iniciativas de gestão do endividamento, em 11 de outubro de 2024, foi concluída a renegociação com o Banco do Brasil S.A., que incluiu redução da taxa de juros de 2,60% e 2,65% ao ano para 1,65% ao ano, concomitantemente ao alongamento da dívida, que passou a ter seu vencimento final prorrogado para setembro de 2028 e 2029 (originalmente entre agosto de 2026 e julho de 2027). Adicionalmente, foi pactuada uma carência com início das amortizações a partir de março de 2027. Foi realizada avaliação da renegociação, em conformidade com CPC 38, e não foi identificada modificação substancial nos termos de passivo financeiro existente.

Em relação aos covenants mencionados acima, não foram identificados descumprimentos para exercício findo em 31 de dezembro de 2024. No primeiro trimestre de 2024, a Companhia e o IFC acordaram novos índices que se encontram refletidos na tabela apresentada. A Companhia realizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, operações de cessão de recebíveis com valor superior ao estabelecido contratualmente junto ao IFC. Todavia, não houve declaração de vencimento antecipado de empréstimos,

financiamentos ou debêntures uma vez que foi obtida carta waiver junto ao IFC e acordado novo limite para a operação citada.

As principais condições e garantias estabelecidas em contrato são como segue:

Consolidado

Debêntures 2ª emissão- Inspirali Brasil	Cessão fiduciária dos direitos e créditos, exclusivamente dos cursos de medicina, detidos e a serem detidos pelas empresas controladas pela Inspirali Brasil.
IFC (moeda estrangeira)	Garantidores Subsidiários: Brasil Educação, IEDUC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM Brasil, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Anima, Sobepe, Ages Educação, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba - saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.
Banco ABC 3	Cessão fiduciária em garantia constituído pela SOCEC e RITTER e fiança: ASPEC, FADERGS e IBMR.
Banco do Brasil - Capital de Giro 1, 2 e 3	Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor nominal	Valor contábil	Valor nominal
2026	247.413	522.213	245.637	805.390
2027	321.107	1.156.424	1.048.472	2.121.845
2028	962.308	523.867	1.689.707	1.394.317
Após 2028	324.130	362.948	990.303	1.073.229
Total	1.854.958	2.565.452	3.974.119	5.394.781

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor nominal	Valor contábil	Valor nominal
2025	206.333	513.996	796.122	1.062.550
2026	173.535	336.452	714.571	941.604
2027	696.855	851.787	1.194.875	1.385.781
Após 2027	215.560	326.005	215.561	326.005
Total	1.292.283	2.028.240	2.921.129	3.715.940

As movimentações dos saldos no exercício são como segue:

	Controladora									
	31/12/2023	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Encargos s/ renegociações	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2024
Moeda nacional:										
Debêntures Ânima 2ª emissão - série única	73.810	-	(72.719)	(7.772)	6.398	283	-	-	-	-
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1 e 2	788.984	-	-	(89.034)	99.368	5.297	-	(22.130)	-	782.485
Debêntures Ânima 5ª emissão - série única	-	199.452	-	(11.161)	14.139	64	-	-	-	202.494
Debêntures Ânima 6ª emissão - série única	-	358.534	-	-	16.474	122	-	-	-	375.130
IFC	13.154	-	(13.433)	(14)	293	-	-	-	-	-
Banco ABC 1	100.375	-	(100.000)	(11.287)	10.134	778	-	-	-	-
Banco ABC 2	50.278	-	(50.000)	(6.037)	5.136	623	-	-	-	-
Banco ABC 3	-	138.590	-	(4.212)	4.359	157	-	-	-	138.894
Banco do Brasil - Capital de Giro 1	99.564	-	(12.261)	(9.473)	11.645	187	(658)	-	-	89.004
Banco do Brasil - Capital de Giro 2	99.486	-	(18.333)	(9.104)	11.269	184	(613)	-	-	82.889
Banco do Brasil - Capital de Giro 3	104.566	-	(9.088)	(16.565)	11.762	186	(667)	-	-	90.194
Santander	10.005	50.000	(60.037)	(2.493)	2.525	-	-	-	-	-
Outros	44.045	79.450	(76.770)	(6.143)	6.658	207	-	-	-	47.447
Moeda estrangeira:										
IFC (moeda estrangeira)	174.629	-	(41.960)	(13.791)	12.601	903	-	(11.442)	41.604	162.544
	1.558.896	826.026	(454.601)	(187.086)	212.761	8.991	(1.938)	(33.572)	41.604	1.971.081

	Controladora								
	31/12/2022	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2023
Moeda nacional:									
Debêntures Ânima 1ª emissão - série única	23.304	-	(23.077)	(1.201)	909	65	-	-	-
Debêntures Ânima 2ª emissão - série única	203.024	-	(126.359)	(25.349)	21.950	544	-	-	73.810
Debêntures Ânima 3ª emissão - série 1	513.008	-	(500.000)	(42.581)	25.289	4.284	-	-	-
Debêntures Ânima 3ª emissão - série 2	62.327	-	(62.380)	(8.101)	5.815	2.339	-	-	-
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1 e 2	772.973	-	-	(97.193)	109.196	5.297	(1.289)	-	788.984
IFC	39.610	-	(25.218)	(4.601)	3.363	-	-	-	13.154
Banco ABC 1	-	99.000	-	(7.959)	9.112	222	-	-	100.375
Banco ABC 2	-	49.273	-	(1.846)	2.748	103	-	-	50.278
Banco do Brasil - Capital de Giro 1	-	99.300	-	(7.402)	7.563	103	-	-	99.564
Banco do Brasil - Capital de Giro 2	-	99.300	-	(9.908)	9.963	131	-	-	99.486
Banco do Brasil - Capital de Giro 3	-	97.314	-	-	7.167	85	-	-	104.566
Santander	-	10.000	-	(1)	6	-	-	-	10.005
Outros	5.975	110.931	(72.931)	(1.621)	1.691	-	-	-	44.045
Moeda estrangeira:									
IFC (moeda estrangeira)	226.533	-	(40.520)	(13.817)	13.748	903	2.392	(14.610)	174.629
	1.846.754	565.118	(850.485)	(221.580)	218.520	14.076	1.103	(14.610)	1.558.896

Consolidado											
	31/12/2023	Combinação de negócio	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Encargos s/ renegociações	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2024
Moeda nacional:											
Debêntures Ânima 2ª emissão - série única	73.810	-	-	(72.719)	(7.772)	6.398	283	-	-	-	-
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1	788.984	-	-	-	(89.034)	99.368	5.297	-	(22.130)	-	782.485
Debêntures Ânima 5ª emissão - série única	-	-	199.452	-	(11.161)	14.139	64	-	-	-	202.494
Debêntures Ânima 6ª emissão - série única	-	-	358.534	-	-	16.474	122	-	-	-	375.130
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão	2.042.661	-	-	(2.000.000)	(173.380)	102.718	28.001	-	-	-	-
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	-	-	1.992.600	-	(116.795)	145.956	986	-	-	-	2.022.747
IFC	13.154	-	-	(13.433)	(14)	293	-	-	-	-	-
Banco ABC 1	100.375	-	-	(100.000)	(11.287)	10.134	778	-	-	-	-
Banco ABC 2	50.278	-	-	(50.000)	(6.037)	5.136	623	-	-	-	-
Banco ABC 3	-	-	138.590	-	(4.212)	4.359	157	-	-	-	138.894
Banco do Brasil - Capital de Giro 1	99.564	-	-	(12.261)	(9.473)	11.645	187	(658)	-	-	89.004
Banco do Brasil - Capital de Giro 2	99.486	-	-	(18.333)	(9.104)	11.269	184	(613)	-	-	82.889
Banco do Brasil - Capital de Giro 3	104.566	-	-	(9.088)	(16.565)	11.762	186	(667)	-	-	90.194
Banco do Brasil - Capital de Giro Rede	195.533	-	-	(71.476)	(15.773)	18.780	566	(938)	-	-	126.692
Santander	10.005	-	50.000	(60.037)	(2.493)	2.525	-	-	-	-	-
Outros	44.057	1.199	79.450	(77.600)	(6.142)	6.823	206	-	-	-	47.993
Moeda estrangeira:											
IFC (moeda estrangeira)	174.629	-	-	(41.960)	(13.791)	12.601	903	-	(11.442)	41.604	162.544
	3.797.102	1.199	2.818.626	(2.526.907)	(493.033)	480.380	38.543	(2.876)	(33.572)	41.604	4.121.066

Consolidado										
	31/12/2022	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	Ajuste Renegociação	31/12/2023
Moeda nacional:										
Debêntures Ânima 1ª emissão - série única	23.304	-	(23.077)	(1.201)	909	65	-	-	-	-
Debêntures Ânima 2ª emissão - série única	203.024	-	(126.359)	(25.349)	21.950	544	-	-	-	73.810
Debêntures Ânima 3ª emissão - série 1	513.008	-	(500.000)	(42.581)	25.289	4.284	-	-	-	-
Debêntures Ânima 3ª emissão - série 2	62.327	-	(62.380)	(8.101)	5.815	2.339	-	-	-	-
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1	772.973	-	-	(97.193)	109.196	5.297	(1.289)	-	-	788.984
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão	2.043.391	-	-	(316.220)	307.572	7.918	-	-	-	2.042.661
IFC	39.610	-	(25.218)	(4.601)	3.363	-	-	-	-	13.154
Banco ABC 1	-	99.000	-	(7.959)	9.112	222	-	-	-	100.375
Banco ABC 2	-	49.273	-	(1.846)	2.748	103	-	-	-	50.278
Banco do Brasil - Capital de Giro 1	-	99.300	-	(7.402)	7.563	103	-	-	-	99.564
Banco do Brasil - Capital de Giro 2	-	99.300	-	(9.908)	9.963	131	-	-	-	99.486
Banco do Brasil - Capital de Giro 3	-	97.314	-	-	7.167	85	-	-	-	104.566
Banco do Brasil - Capital de Giro Rede	218.805	-	(21.845)	(30.433)	30.063	443	-	-	(1.500)	195.533
Santander	-	10.000	-	(1)	6	-	-	-	-	10.005
Outros	7.186	115.857	(79.098)	(1.642)	1.754	-	-	-	-	44.057
Moeda estrangeira:										
IFC (moeda estrangeira)	226.533	-	(40.520)	(13.817)	13.748	903	2.392	(14.610)	-	174.629
	4.110.161	570.044	(878.497)	(568.254)	556.218	22.437	1.103	(14.610)	(1.500)	3.797.102

16. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÕES

	Índice de Correção	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Earn outs			
Aquisição da Medroom	INPC	239	5.344
Aquisição da Ages e Ages Educação (a)		-	10.001
Aquisição da ACAD	INPC	-	260
Aquisição EMR (b)		27.070	-
Aquisição MedPós	INPC	2.264	2.863
		29.573	18.468
Parcelamentos			
Aquisição da Faceb	Média INPC, IGPM e IPCA	7.957	11.089
Aquisição do Medroom	INPC	745	1.404
Aquisição Sociesc	INPC	29.193	32.375
Aquisição da Milton Campos	INPC	12.890	12.024
Aquisição IGEAD/ELEVEN-K (Investida da ISCP)	CDI +2% a.a.	-	715
Aquisição da Fapa (Investida UniRitter)	IGPM	1.467	1.377
Aquisição do IBCMED	IPCA	2.243	16.387
Aquisição EMR (b)	CDI	9.811	-
		64.306	75.371
Total		93.879	93.839
Passivo Circulante		29.174	28.477
Passivo Não Circulante		64.705	65.362

(a) No dia 18 de março de 2024, a Seres/MEC publicou a Portaria nº 90 que concedeu à Faculdade AGES de Medicina de Irecê um aumento de 100 vagas, passando o referido curso de 50 para 150 vagas totais anuais. Considerando este fato, o *earn-out* foi pago entre abril e agosto de 2024, conforme contrato.

(b) Em 02 de dezembro de 2024, o IBCMED efetivou a opção de compra da EMR, passando a ser detentora da totalidade do capital social da companhia. O montante global envolvido na Transação será de R\$ 38 milhões, sendo: a) R\$ 25 milhões a serem pagos aos vendedores, referente a aquisição de 100% das quotas da EMR, sendo pagos da seguinte forma: (i) R\$ 15,0 milhões no fechamento da Transação; e (ii) três (03) parcelas anuais de R\$ 3,33 milhões, nos anos de 2025, 2026 e 2027, corrigidas pelo CDI.

Adicionalmente, ficou acordada a possibilidade de pagamento variável (*earn-out*), mediante o atingimento de metas operacionais pré-estabelecidas, aferidas com base no EBITDA e CAPEX auditados dos exercícios sociais de 2026 a 2028.

Seguem, abaixo, quadros com a movimentação das contas a pagar por aquisições e o cronograma de pagamento do saldo classificado no passivo não circulante:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	93.839	274.387
Adições (Baixas)	(61)	(12.055)
Ajuste a valor presente	4.350	14.314
Correção monetária	3.554	4.033
Pagamentos	(41.790)	(109.114)
Adições - aquisição de empresas	36.882	-
Atualização a valor justo de earn-out	(2.895)	(69.497)
Atualização a valor justo de opção de compra	-	(8.229)
Saldo final	93.879	93.839

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	20.407
2026	9.865	11.759
2027	4.201	7.645
2028	4.818	15.343
Após 2028	45.821	10.208
	64.705	65.362

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

17.1. Provisões, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais e ativos de indenização

	Provisão para Riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista (a)	517	582	152.703	188.911
Tributária (b)	-	-	336.660	351.144
Cíveis (c)	3	-	84.364	125.515
	520	582	573.727	665.570
Depósitos Judiciais	(367)	(489)	(157.172)	(149.504)
	153	93	416.555	516.066
[-] Ativos de indenização (i)	-	-	(106.086)	(129.957)
Total	153	93	310.469	386.109

- (i) Refere-se ao valor das provisões reconhecidas a valor justo como parte de combinação de negócios para as quais existe um ativo de indenização perante o vendedor, classificado na rubrica Direitos a receber por aquisições.
- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas

nas esferas administrativa e judicial. As principais causas reconhecidas no exercício estão listadas abaixo:

SOCIESC: Na aquisição da SOCIESC, a Administração assumiu a discussão das obrigações tributárias relacionadas ao questionamento sobre a imunidade tributária da SOCIESC em três lides de ações ajuizadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma decisão sobre o mérito dos casos. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível. Foi constituída provisão para esses processos como parte da aquisição da SOCIESC no valor de R\$ 49.100, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

UAM: a UAM é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte o Ministério da Fazenda Nacional, o Município de São Paulo e a PGFN. Caso a UAM perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UAM. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 54.520 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 84.432 em 31 de dezembro de 2023.

UNP: a UNP é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte os municípios de Natal e Mossoró e o Ministério da Fazenda Nacional. Caso a UNP perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UNP. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 23.281 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 26.543 em 31 de dezembro de 2023.

- (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização ao Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software pela Rede Brasileira de Educação à Distância S/C Ltda., do qual APEC e UNIMONTE faziam parte. Em 31 de dezembro de 2024, a provisão total para essa causa é de R\$ 53.602 (R\$ 84.186 em 31 de dezembro de 2023). Caso essa causa seja perdida, o valor será ressarcido pelos antigos proprietários da APEC. Os demais saldos referem-se a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, à cobrança e indenizações, dentre outras.

17.2. Movimentação

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2023	Adição/ Reversão	Pagamentos	Compensação depósitos judiciais	31/12/2024
Trabalhista	582	300	(151)	(214)	517
Tributária	-	78	-	(78)	-
Cíveis	-	37	(34)	-	3
Total	582	415	(185)	(292)	520

	31/12/2022	Adição/ Reversão	Pagamentos	Compensação depósitos judiciais	31/12/2023
Trabalhista	49	582	(49)	-	582
Tributária	189	(189)	-	-	-
Cíveis	-	13	(7)	(6)	-
Total	238	406	(56)	(6)	582

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2023	Adição/ Reversão	Adição INSS (i)	Pagamentos	Atualização	Compensação depósitos judiciais (ii)	Indenizações vendedores	31/12/2024
Trabalhista	188.911	1.826	3.038	(37.772)	-	(2.219)	(1.081)	152.703
Tributária	351.144	(40.743)	-	(2.183)	6.070	11.973	10.399	336.660
Cíveis	125.515	37.071	-	(38.799)	-	(4.255)	(35.168)	84.364
Total	665.570	(1.846)	3.038	(78.754)	6.070	5.499	(25.850)	573.727

	31/12/2022	Adição/ Reversão	Adição INSS (i)	Pagamentos	Atualização	Compensação depósitos judiciais	Indenizações vendedores	31/12/2023
Trabalhista	195.746	40.213	6.466	(40.585)	430	(13.231)	(128)	188.911
Tributária	375.241	(18.342)	-	(2.000)	3.884	-	(7.639)	351.144
Cíveis	151.015	24.922	-	(44.413)	448	(8.658)	2.201	125.515
Total	722.002	46.793	6.466	(86.998)	4.762	(21.889)	(5.566)	665.570

- (i) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. O valor está sendo contabilizado em resultado na rubrica “despesas com pessoal”.
- (ii) A movimentação inclui efeitos da conciliação dos depósitos judiciais.

17.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	183.004	129.297
Tributários (i)	718.895	465.026
Cíveis (ii)	191.305	178.045
	1.093.204	772.368
Responsabilidade vendedores	(327.485)	(165.818)
Total	765.719	606.550

- (i) Causas de cunho tributário que referem-se, principalmente a: processos de responsabilidade da UNA, Unimonte, Sociesc e Unicuritiba que discutem a imunidade tributária que envolve INSS patronal, PIS e COFINS sobre faturamento, IRPJ e CSLL, IPTU e ISS totalizando aproximadamente R\$ 296.206; débitos tributários relativos ao recolhimento a menor do ISS, no período de outubro de 2013 a junho de 2017, diante da alegação de que a Ritter descumpriu alguns requisitos do programa UNIPOA relativos à disponibilização de bolsas de estudo ao Município de Porto Alegre, totalizando, aproximadamente, R\$ 15.000; cobrança de ISS da FACS, totalizando aproximadamente R\$ 55.000; R\$ 104.241 de processos da SOCIESC sobre recolhimento de ISS e pagamento de IPTU, sendo, neste caso, R\$ 92.938 de responsabilidade dos vendedores; ação cautelar da APEC sobre a exclusão das bolsas PROUNI da base de cálculo do ISS, no montante de R\$ 17.049, de responsabilidade dos vendedores; R\$ 112.628 de responsabilidade da Sociesc para cobrança de débitos relativos a contribuições previdenciárias patronais e para fiscais; exigência de IRPJ e CSLL decorrente da alienação de um imóvel da Milton Campos no valor de aproximadamente R\$ 57.000 sendo responsabilidade vendedores e R\$15.363 referente a irregularidades na apuração do Lucro Real em 2019 e 2020 da Brasil Educação.
- (ii) Refere-se, majoritariamente, ao processo de improbidade administrativa relacionado a supostas irregularidades no programa PROJovem vinculado à SOCIESC e anulação do convênio firmado entre o Município de Vespasiano e a FASEH para cessão de Imóvel sendo ambos de responsabilidade dos vendedores.

Todos os valores apresentados acima referem-se a processos envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão. Para alguns desses processos, se houver decisão judicial contra a Companhia ou suas controladas, a responsabilidade é dos vendedores nos termos de cada contrato de compra.

17.4. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	209	280	44.150	45.746
Tributários	152	209	69.872	55.598
Cíveis	6	-	43.150	48.160
Total	367	489	157.172	149.504

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2023	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/ reversão	31/12/2024
Trabalhistas	45.746	25.142	(23.283)	(2.219)	(1.236)	44.150
Tributários	55.598	896	(254)	11.973	1.659	69.872
Cíveis	48.160	46.657	(47.622)	(4.255)	210	43.150
Total	149.504	72.695	(71.159)	5.499	633	157.172

	31/12/2022	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/ reversão	31/12/2023
Trabalhistas	58.177	29.775	(30.327)	(13.231)	1.352	45.746
Tributários	50.786	1.803	(569)	-	3.578	55.598
Cíveis	34.838	64.114	(43.181)	(8.658)	1.047	48.160
Total	143.801	95.692	(74.077)	(21.889)	5.977	149.504

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024, é composto por 403.868.805 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$ 2.569.625, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2024	31/12/2023
Total de ações em circulação	377.703.042	377.386.691
Ações em tesouraria	26.165.763	26.482.114
Total geral de ações	403.868.805	403.868.805

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Ágio em transação de capital

Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, pelo qual exerceu a opção da aquisição dos 49% restantes do seu capital, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O valor de R\$ 1.374, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, refere-se à atualização a valor justo do parcelamento do valor dessa aquisição.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve redução de 1,01% na participação da Companhia na Inspirali Brasil (nota explicativa 11).

c) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de lucros totalizavam R\$ 150.280, sendo compostas pela reserva legal, com saldo de R\$ 23.048, e retenções de lucros, com saldo acumulado de R\$ 127.232.

d) Lucro (Prejuízo) por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Companhia deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação:

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos patrimoniais que apresentam efeito diluidor na Companhia não impactam os valores do lucro por ação apresentados a seguir, em virtude de sua baixa representatividade em relação ao total de ações emitidas.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) do exercício	85.146	(329.630)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	377.513	377.444
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária R\$	0,23	(0,87)

19. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

	INSPIRALI EDUCACAO S.A	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VESPASIANO LTDA	CESG - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE GUANAMBI S.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	389.315	24.605	18.730	432.650
Opção de compra IBCMED	636	-	-	636
Aquisição de ações dos acionistas não controladores	924	-	-	924
Ganho no aumento de capital desproporcional em controlada	25.987	-	-	25.987
Dividendos desproporcional do IBCMED	(334)	-	-	(334)
Resultado do exercício	95.190	13.278	7.423	115.891
Dividendos distribuídos	(110.144)	(10.912)	(1.840)	(122.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	401.574	26.971	24.313	452.858
Opção de compra IBCMED	(482)	-	-	(482)
Ajuste participação DNA	15.783	-	-	15.783
Aporte de pessoas físicas	1.236	-	-	1.236
Resultado do exercício	84.598	17.477	17.223	119.298
Dividendos obrigatórios	(21.103)	-	-	(21.103)
Dividendos distribuídos	(46.450)	(3.328)	(11.830)	(61.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	435.156	41.120	29.706	505.982

20. RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de produtos e serviços	7.530.202	7.405.297
Receita FIES	248.429	243.361
Descontos em mensalidades (b)	(3.676.069)	(3.618.223)
Impostos sobre faturamento	(151.566)	(146.538)
Comissões (a)	(143.033)	(149.264)
Ajuste a valor presente	(6.584)	(1.693)
Receita líquida	3.801.379	3.732.940
Reconhecimento de receita		
Reconhecida ao longo do tempo	3.742.857	3.676.630
Reconhecida no momento da prestação	58.522	56.310
	3.801.379	3.732.940

(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e pagas aos Polos EAD.

(b) Os descontos em mensalidade estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Bolsas e descontos concedidos	(2.761.874)	(2.692.487)
Gratuidade PROUNI	(580.575)	(572.940)
Convênios com empresas	(57.462)	(76.669)
Devoluções, abatimentos e outros	(276.158)	(276.127)
Total	(3.676.069)	(3.618.223)

21. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (a)	31/12/2024	31/12/2023
Gastos com pessoal	(45.800)	(23.282)	(1.359.904)	(1.483.098)
Gastos com aluguel e ocupação (b)	-	(1)	(74.590)	(77.880)
Gastos com serviços de terceiros	(2.881)	(17.575)	(316.720)	(337.725)
Propaganda e publicidade	-	-	(290.672)	(271.792)
Perdas estimadas (nota explicativa nº 7)	-	-	(178.526)	(192.236)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 12)	(1.489)	(1.488)	(119.913)	(106.048)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 14)	(60.952)	(55.094)	(209.987)	(260.319)
Despesas com amortização direito de uso (nota explicativa nº 13)	-	-	(151.136)	(168.064)
Manutenção	(21)	(100)	(62.347)	(72.804)
Deslocamentos	(1.091)	(1.443)	(34.648)	(26.550)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 17)	(415)	(406)	(4.224)	(51.555)
Impostos e taxas	(1.152)	(1.898)	(16.090)	(13.450)
Multa para devolução de imóveis (nota explicativa nº 13)	-	-	(1.528)	(58.641)
Valor justo earn-out	-	-	2.955	69.497
Perda por impairment	(6.109)	(42.166)	(6.079)	(42.166)
Extinção de crédito com controlada	-	(40.476)	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas	73.756	58.777	(146.101)	(108.315)
Total	(46.154)	(125.152)	(2.969.510)	(3.201.146)
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	-	-	(1.449.986)	(1.518.816)
Despesas comerciais	-	-	(290.672)	(271.792)
Perdas estimadas	-	-	(178.526)	(192.236)
Despesas gerais e administrativas	(108.781)	(98.702)	(1.043.300)	(1.140.404)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	62.627	(26.450)	(7.026)	(77.898)
	(46.154)	(125.152)	(2.969.510)	(3.201.146)

- (a) Determinados saldos de custos/receitas da controladora foram reclassificados para “Outras despesas/receitas operacionais” para melhor apresentação em conformidade com as atividades do Grupo, e de forma consistente nos períodos apresentados.
- (b) Referem-se, principalmente, a gastos com energia elétrica e IPTU, bem como às despesas com aluguéis cujos contratos não possuem as características para estarem dentro do escopo da norma contábil IFRS 16.

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

	01/01/2024 a 31/12/2024				
	Consolidado				
	Ânima Core	Inspirali Educação Médica	Ensino Digital	Corporativo (i)	Total
Receita líquida	2.106.395	1.396.136	298.848	-	3.801.379
Custo dos produtos e serviços	(943.539)	(479.584)	(26.863)	-	(1.449.986)
Lucro bruto	1.162.856	916.552	271.985	-	2.351.393
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(187.715)	(32.664)	(70.268)	(25)	(290.672)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(127.173)	(19.689)	(31.664)	-	(178.526)
Gerais e administrativas	(247.778)	(286.013)	(74.966)	(434.543)	(1.043.300)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.770)	-	-	-	(11.770)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	9.054	(4.854)	(1.396)	(9.830)	(7.026)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	597.474	573.332	93.691	(444.398)	820.099
Receitas financeiras	45.518	113.035	3.803	7.641	169.997
Despesas financeiras	(215.021)	(330.863)	(34)	(258.110)	(804.028)
Resultado financeiro líquido	(169.503)	(217.828)	3.769	(250.469)	(634.031)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	427.971	355.504	97.460	(694.867)	186.068
IRPJ e CSLL correntes	(1.210)	(1.204)	-	-	(2.414)
IRPJ e CSLL diferidos	(4.402)	761	-	24.431	20.790
Lucro (prejuízo) do exercício	422.359	355.061	97.460	(670.436)	204.444

	01/01/2023 a 31/12/2023 (ii)				
	Consolidado				
	Ânima Core	Inspirali Educação Médica	Ensino Digital	Corporativo (i)	Total
Receita líquida	2.206.552	1.253.041	273.347	-	3.732.940
Custo dos produtos e serviços	(1.095.523)	(402.911)	(20.382)	-	(1.518.816)
Lucro bruto	1.111.029	850.130	252.965	-	2.214.124
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(187.028)	(28.699)	(56.065)	-	(271.792)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(126.334)	(22.557)	(43.345)	-	(192.236)
Gerais e administrativas	(235.908)	(256.225)	(108.544)	(539.727)	(1.140.404)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.892)	-	-	-	(6.892)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(79.672)	55.363	(1.204)	(52.385)	(77.898)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	475.195	598.012	43.807	(592.112)	524.902
Receitas financeiras	26.416	112.154	340	29.618	168.528
Despesas financeiras	(253.990)	(354.543)	(253)	(302.519)	(911.305)
Resultado financeiro líquido	(227.574)	(242.389)	87	(272.901)	(742.777)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	247.621	355.623	43.894	(865.013)	(217.875)
IRPJ e CSLL correntes	(1.190)	(3.740)	-	-	(4.930)
IRPJ e CSLL diferidos	(6.445)	6.042	-	10.036	9.633
Lucro (prejuízo) do exercício	239.986	357.925	43.894	(854.977)	(213.172)

- (i) A parcela corporativa das despesas operacionais se refere, majoritariamente, às atividades relacionadas à governança da Companhia e gestão de toda operação do Grupo, compostas principalmente por gastos com pessoal e com serviços de terceiros.
- (ii) A apresentação contempla a alteração realizada em 1º de janeiro de 2024 para refletir no saldo comparativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Receita com aplicações financeiras	15.459	21.032	113.129	133.450
Receita com juros de mensalidades	-	-	38.882	23.553
Desconto obtido com arrendamento	-	-	94	225
Impostos e outras receitas	634	1.528	17.892	11.300
Total	16.093	22.560	169.997	168.528
Despesas financeiras				
Despesa financeira de arrendamento	-	-	(142.313)	(154.840)
Despesa de juros com empréstimos	(221.752)	(232.713)	(518.923)	(578.769)
Juros de financiamento Pravalor	-	-	(74.980)	(41.990)
Variação cambial passiva/ativa de empréstimos	(41.604)	14.610	(41.604)	14.610
Despesa/Receita com derivativos	53.560	(13.367)	53.560	(13.367)
Perda com derivativo realizado	(10.899)	(52.247)	(10.899)	(52.247)
Despesa bancária	(630)	(218)	(8.415)	(4.682)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	-	(240)	(5.513)	(12.456)
Outras despesas	(5.687)	(17.862)	(54.941)	(67.564)
Total	(227.012)	(302.037)	(804.028)	(911.305)
Resultado financeiro	(210.919)	(279.477)	(634.031)	(742.777)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

Controladora							Controladora						
31/12/2024							31/12/2023						
Ativo			Passivo			Resultado	Ativo			Passivo			Resultado
Contas a receber (a)	Créditos	Dividendos a receber	Contas a pagar	Débitos	Dividendos a pagar	Receitas (despesas) financeiras	Contas a receber (a)	Créditos	Dividendos a receber	Outros Ativos	Contas a pagar	Débitos	Receitas (despesas) financeiras
Brasil	6.063	-	-	1.396	-	-	-	-	-	-	10.022	-	(56)
IEDUC	4.379	-	-	4	-	(690)	-	-	-	200	-	-	(1.669)
Sociesc	6.565	-	-	2.076	-	(412)	1.108	-	-	1.813	-	-	(3.074)
Unimonte	586	-	-	3	25.620	-	956	-	-	2	22.760	-	-
FACEB	1.719	-	-	-	53.778	-	1.103	-	-	37	38.390	-	-
Politécnico	-	-	-	-	9.596	-	-	-	-	-	7.600	-	-
Unicuritiba	515	-	-	-	-	-	398	-	-	-	6.400	-	-
Catalana	281	-	-	-	-	-	171	-	-	-	23.268	-	-
Inspirali Brasil	255	-	60.044	1	-	-	-	-	57.626	-	-	-	(42.672)
HSM Brasil	4.233	466	-	52	-	-	2.450	-	-	-	-	-	-
AMC	6.155	-	-	1	-	(82)	3.487	-	-	-	-	-	-
ISCP	9.227	-	-	5.017	-	(82)	9.318	-	-	3.990	-	-	(242)
ASPEC	792	-	-	-	-	-	10.585	-	-	7	-	-	-
Rede	-	-	-	325	-	-	6.326	1.607	-	-	16	-	-
UNIFACS	4.276	-	-	2.144	-	(151)	2.562	-	-	1.196	-	-	(39)
UniRitter	2.153	-	-	-	-	-	3.726	-	-	23.118	15.902	-	-
IBMR	2.532	-	-	-	-	-	4.284	-	-	656	8.003	-	-
APEC	4.400	-	-	-	-	-	844	-	-	-	-	-	-
SOCEC	942	-	-	-	-	-	3.743	-	-	-	-	-	-
NS Educação (b)	-	-	21.372	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gama Academy (c)	-	29.577	-	-	-	677	-	-	-	-	-	-	1.132
Outros	5.629	38	-	140	-	20.701	6.874	12.993	-	1.583	119	0	(699)
Total	60.702	30.081	81.416	11.159	88.994	20.701	57.935	14.600	57.626	1.583	41.176	122.323	(47.319)

Consolidado						Consolidado						
31/12/2024						31/12/2023						
Ativo		Passivo			Resultado	Ativo		Passivo			Resultado	
Contas a receber (a)	Créditos	Contas a pagar	Débitos	Dividendos a pagar	Receitas (despesas) financeiras	Contas a receber (a)	Créditos	Outros Ativos	Contas a pagar	Débitos	Dividendos a pagar	Receitas (despesas) financeiras
Gama Academy (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.132
Instituto Ânima	-	12	-	-	-	517	-	5.747	1.583	-	-	388
Fundo Genoma VIII	-	-	-	-	21.103	-	-	-	-	-	17.637	-
Outros	760	41	168	74	20.706	-	336	7.308	168	73	4.071	1.176
Total	760	53	168	74	41.809	517	336	13.055	1.583	73	21.708	2.696

- (a) Refere-se principalmente ao rateio dos gastos da Companhia para suas controladas.
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve redução de capital na controlada NS Educação no valor de R\$ 60.008 (nota explicativa 11) dos quais R\$ 38.636 já foram liquidados.
- (c) A partir de março de 2024, a Gama Academy passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia (nota explicativa 11).

24.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo	16.701	7.973	22.985	9.938

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	625.499	805.390	4.589.391	6.020.280
Fornecedores	210.396	-	-	210.396
Contas a pagar por aquisições	30.034	15.297	77.383	122.714
Arrendamentos a pagar	141.427	94.351	952.948	1.188.726
Derivativos	1.658	1.088	10.518	13.264
Em 31 de dezembro de 2023:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.182.272	2.004.155	1.711.786	4.898.213
Fornecedores	176.692	-	-	176.692
Contas a pagar por aquisições	30.851	23.285	49.949	104.085
Arrendamentos a pagar	144.371	242.838	916.757	1.303.966
Derivativos	4.156	6.450	22.646	33.252

(b) **Risco de crédito** – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

- (i) **Contas a receber:** A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é usualmente bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Companhia e suas controladas estão sempre implementando medidas em busca de reduzir o saldo de valores vencidos. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado.

- (ii) **Instrumentos financeiros:** A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating da agência *Fitch Rating* (nota explicativa 25.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	6	795	62	99.601	139.411
Aplicações financeiras	6	299.981	99.807	1.152.380	845.057
Contas a receber / Contas a receber partes relacionadas	7/24	60.702	57.935	837.623	766.857
Adiantamentos diversos		2.427	1.356	30.095	31.489
Créditos com partes relacionadas	24	30.081	14.600	53	13.055
Total		393.986	173.760	2.119.752	1.795.869

(c) **Risco de mercado** – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

- (i) **Risco de câmbio** - A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Companhia previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação foi designada como hedge de valor justo.

- (ii) **Risco de juros** - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a alguns indexadores (nota explicativa 15). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros. Para a segunda série da 4ª emissão de debêntures a Companhia contratou um *SWAP* para garantir a taxa de juros fixada em CDI + 2,08% a.a., se protegendo assim de variações na inflação (a curva ativa do *SWAP* é IPCA + 8,0481% a.a.)

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora e consolidado							
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor	Cotação contratada	Ajuste valor justo	Taxa contratada	Taxa SWAP
28/03/2023	15/03/2028	40.000	247.670	5,5073	(15.979)	SOFR + 2% a.a.	CDI + 0,87% a.a.
28/12/2022	13/12/2029	-	220.117	-	29.243	IPCA + 8,0481% a.a.	CDI + 2,08% a.a.
Total		40.000	467.787		13.264		
						1.658	
						11.606	

As movimentações das operações com derivativos estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	33.252	20.989
Valor justo com derivativos	(1.057)	51.003
Ganho (perda) com derivativos	(10.899)	(52.247)
Ajuste MTM	33.572	(1.103)
Variação Cambial empréstimos	(41.604)	14.610
Saldo final	13.264	33.252

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante estão demonstradas na nota explicativa 15.

25.2. Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

Em relação aos *covenants*, os cálculos dos indicadores são especificados em cada contrato (nota explicativa 15) sendo estes, também, avaliados periodicamente pela Companhia, a fim de atender aos requisitos contratuais estabelecidos.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.971.081	1.558.896	4.121.066	3.797.102
Arrendamentos a pagar	-	-	1.188.726	1.303.966
Contas a pagar por aquisições	-	-	93.879	93.839
Derivativos	13.264	33.252	13.264	33.252
Caixa e equivalentes de caixa	(795)	(62)	(99.601)	(139.411)
Aplicações financeiras	(299.981)	(99.807)	(1.152.380)	(845.057)
Dívida líquida (a)	1.683.569	1.492.279	4.164.954	4.243.691
Patrimônio líquido	2.274.252	2.404.485	2.274.252	2.404.485
Dívida total (b)	3.957.821	3.896.764	6.439.206	6.648.176
Índice de alavancagem financeira [(a)/(b)]	43%	38%	65%	64%

25.3. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos podem

possuir diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Os valores justos estimados são como seguem:

	Nota	Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2.161.158	1.971.081	1.590.023	1.558.896
Derivativos	25.1	13.264	13.264	33.252	33.252
Total		2.174.422	1.984.345	1.623.275	1.592.148

	Nota	Consolidado			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	4.190.319	4.121.066	3.855.353	3.797.102
Arrendamentos a pagar	13	1.188.726	1.188.726	1.303.966	1.303.966
Contas a pagar por aquisições	16	122.714	93.879	104.085	93.839
Derivativos	25.1	13.264	13.264	33.252	33.252
Total		5.515.023	5.416.935	5.296.656	5.228.159

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

25.4. **Qualidade do crédito dos ativos financeiros**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contrapartes sem classificação externa de crédito	60.702	57.935	837.623	766.857
	60.702	57.935	837.623	766.857
Caixa e bancos				
Caixa	-	26	3	244
Bancos				
AAA (i)	764	27	20.268	39.141
AA+	-	-	1.433	11
A	-	-	162	-
A- (i)	31	3	447	1.746
	795	56	22.313	41.142
Aplicações financeiras - Investimento				
AAA (i)	299.981	99.813	1.229.662	856.477
A+	-	-	5	-
A- (i)	-	-	-	86.849
	299.981	99.813	1.229.667	943.326

(i) “Rating nacional” atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

26. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 12,25% (divulgada pela CETIP), INPC – 4,77%, IPCA – 4,83%, IGPM – 6,54% (divulgados pelo IBGE), TJLP – 7,43% (divulgada pela IDG) e TR – 0,81% (divulgada pelo BACEN)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerado, respectivamente.

	Indexador	Risco	Valor	Controladora		
				31/12/2024		
				Efeito no resultado		
			Cenário 1 Provável	Cenário 2 Possível (25%)	Cenário 3 Remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(299.981)	(36.448)	(45.560)	(54.672)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional e estrangeira)	CDI	Alta do CDI	1.923.634	233.722	292.153	350.583
Derivativos	CDI	Alta do CDI	13.264	1.612	2.015	2.418
Exposição líquida - perda			1.636.917	198.886	248.608	298.329

	Indexador	Risco	Valor	Consolidado		
				31/12/2024		
				Efeito no resultado		
			Cenário 1 Provável	Cenário 2 Possível (25%)	Cenário 3 Remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(1.229.667)	(149.405)	(186.756)	(224.108)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional e estrangeira)	CDI	Alta do CDI	4.073.074	494.878	618.598	742.317
Derivativos	CDI	Alta do CDI	13.264	1.612	2.015	2.418
Contas a pagar por aquisições	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	7.957	428	535	642
Contas a pagar por aquisições	INPC	Alta do INPC	45.331	2.161	2.701	3.242
Contas a pagar por aquisições	IPCA	Alta do IPCA	2.243	108	135	162
Contas a pagar por aquisições	CDI	Alta do CDI	9.811	1.192	1.490	1.788
Contas a pagar por aquisições	IGPM	Alta do IGPM	1.467	96	120	144
Outros passivos - Bolsas PROIES a conceder	Selic	Alta da Selic	114.398	14.014	17.518	21.021
Exposição líquida - perda			3.037.878	365.084	456.356	547.626

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de “alta dos indexadores”, pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos menos aplicações do que empréstimos e contas a pagar por aquisições.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

27. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A movimentação das transações da controladora e consolidado que não afetaram caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	1.374	10.743	1.857	14.323
Dividendos da Inspirali convertido em adiantamento para futuro aumento da capital na VC Network	-	197.904	-	-
Dividendos da Sobepe convertido em adiantamento para futuro aumento da capital na VC Network	-	17.407	-	-
Realização da remuneração baseada em ações	2.026	12.921	2.026	12.921
Reflexo alteração % participação na Inspirali	15.783	-	15.783	-
Tributos parcelados	4.695	-	33.197	-
Compensação Mútuo Ânima X Gama	-	-	25.651	-
Compensação crédito tributário x parcelamento	2.348	-	16.024	-
Compensação dividendos x valores a receber de vendedores	-	-	14.325	-

Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Anima Holding S.A.

Relatório Anual 2024

1. Apresentação

O presente documento tem o objetivo de apresentar os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Anima Holding S.A. (“Empresa”) durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos (“Comitê” ou “Comitê de Auditoria”) foi constituído em 17 de julho de 2019 como um órgão não estatutário, de caráter permanente, dotado de autonomia operacional e orçamentária, cuja função primordial é oferecer assessoria ao Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria não detém autonomia decisória, exceto em situações em que haja delegação expressa pelo Conselho de Administração ou que estejam incluídas entre os requisitos do Estatuto Social.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria foi atualizado em 17 de dezembro de 2024 e estabelece as diretrizes de funcionamento do Comitê, bem como detalhes adicionais sobre suas atribuições listadas no Estatuto Social da Empresa. Compete ao Comitê de Auditoria as seguintes responsabilidades:

(i) Analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;

(ii) Analisar e emitir recomendações sobre o funcionamento do modelo de governança corporativa adotado pela Companhia, sua adequação e eficácia, propondo eventuais alterações necessárias ao Conselho de Administração;

(iii) Analisar e emitir recomendações acerca da adoção de melhores práticas de governança corporativa, bem como acompanhar o processo de implementação e manutenção das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia;

(iv) Analisar e emitir recomendações sobre o Estatuto Social, as políticas institucionais, a estrutura, regulamentos e funcionamento dos Comitês de Assessoramento do Conselho, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia;

(v) Acompanhar a contínua aderência da Companhia, conforme aplicável, à legislação de direito societário, de mercado de capitais e regulatória dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários, bem como às melhores práticas de governança corporativa, com o apoio da Diretoria Jurídica e áreas de Governança Corporativa da Companhia;

(vi) Analisar e emitir recomendações sobre a adequação das transações entre partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse (“Política de Transações com Partes Relacionadas”); fazer recomendações de alterações e atualizações dessa Política, se necessário;

(vii) Analisar e acompanhar o cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas e, em caso de violação ao disposto nessa Política, recomendar ao Conselho de Administração a adoção das providências cabíveis;

(viii) Avaliar e monitorar as políticas, procedimentos e sistemas de Gerenciamento de Riscos da Companhia e recomendar melhorias e adequações necessárias;

(ix) Avaliar e monitorar a elaboração e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia (Compliance);

(x) Supervisionar atividades de implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do código de conduta e do canal de denúncias, bem como da condução de apurações e propositura de medidas corretivas relativas às eventuais infrações ao código de conduta e aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia;

(xi) Garantir o funcionamento e idoneidade do canal de denúncias em todos os níveis e para todos os públicos da organização, assim como supervisionar a apuração e resolução adequada de todos os casos de desvios comprovados, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

(xii) Recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição dos serviços de auditoria independente;

(xiii) Supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos;

(xiv) Conhecer, discutir e acompanhar o planejamento e escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela auditoria independente e pela auditoria interna;

(xv) Analisar e avaliar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias, demonstrações financeiras consolidadas e quaisquer outros relatórios e documentos contábeis elaborados para atender as regras legais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;

(xvi) Acompanhar as questões legais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou quaisquer outras contingências que possam ter impacto nas demonstrações financeiras, em conjunto com a área jurídica;

(xvii) Opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos manteve sua composição de três membros independentes, todos sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades que os administradores da Empresa, nos termos do art. 160 da Lei nº 6.404/76. A composição atual do comitê envolve os seguintes membros:

- Coordenadores:
 - Até 27 de junho de 2024 – **Paula Harraca** (Conselheira Independente)
 - A partir de 23 de julho de 2024 - **Edgar Jabbour** (especialista contábil e financeiro)
- Conselheiro independente: **Eduardo Alvarenga**, a partir de 23 de julho de 2024
- Membro independente: **Roberta Anchieta**
- Secretário: **João Rezende**

3. Atividades desenvolvidas em 2024

Em 2024, o Comitê realizou 20 reuniões previstas em seu calendário anual, sendo que 4 delas realizadas de forma conjunta com o Conselho Fiscal da Empresa. O Comitê de Auditoria reporta suas atividades por meio de relatos apresentados pelo coordenador do Comitê em todas as reuniões ordinárias do Conselho de Administração que envolvem a avaliação da adequação das demonstrações financeiras intermediárias

(ITR's) e anuais, ocasião em que são prestados esclarecimentos e oferecidas as recomendações para a revisão e aprovação do Conselho quanto aos assuntos de sua competência conforme o regimento específico. As principais atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no período seguem abaixo:

a. Governança

O Comitê de Auditoria revisou e recomendou a aprovação de políticas internas e de documentos legais e regulatórios da Empresa destinados ao atendimento de obrigações de conformidade. A título de exemplo, o Comitê de Auditoria apoiou o processo de elaboração do Formulário de Referência, Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa da Empresa e o Código de Conduta da Anima Educação.

b. Auditoria Interna

O Comitê recomendou ao Conselho de Administração a aprovação do Plano Anual de auditoria interna e monitorou sua execução a partir dos relatórios periódicos encaminhados, sugerindo e aprovando adequações ao Plano e à estrutura da área, a fim de otimizar e dar mais eficácia aos trabalhos da Auditoria Interna sempre que necessário. O Comitê avaliou e discutiu os resultados e conclusões dos relatórios e atividades realizadas, em alguns casos com as respectivas áreas envolvidas, e os reportou ao Conselho de Administração.

c. Auditoria Externa

O Comitê de Auditoria se reuniu 4 vezes com os auditores externos (EY) a fim de se informar sobre: a) o plano anual de trabalho e as principais áreas de riscos, b) os trabalhos relacionados ao ambiente de controles internos, c) os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras trimestrais e anual, e d) avaliar a qualidade dos serviços prestados, e e) assegurar sua independência no exercício de suas funções. Os resultados dos trabalhos realizados pelos auditores externos foram formalizados em seus relatórios periódicos sobre as demonstrações financeiras trimestrais e anual, com os respectivos ajustes e recomendações de melhorias, tendo sido examinadas pelo Comitê em conjunto com o Conselho Fiscal da Empresa.

d. Riscos e Controles Internos

Os assuntos associados às áreas de Riscos Corporativos e Controles Internos da Companhia estiveram em pauta em diversas reuniões regulares do Comitê de Auditoria ao longo do ano, durante as quais os riscos críticos da Organização foram revisados e discutidos. Além disso, foram discutidas e encaminhadas as recomendações emitidas pelo auditor externo que envolvem o ambiente de controle interno da Companhia.

e. Conformidade

Durante o monitoramento da eficácia dos processos de Conformidade, o Comitê de Auditoria abordou tópicos relacionados à área em diversas reuniões regulares do ano, concentrando-se principalmente (i) no acompanhamento da evolução e atualização do programa de Ética e Integridade da Empresa (ii) na revisão de políticas globais, incluindo a política de compliance, conflito de interesses e partes relacionadas (iii) no acompanhamento das atividades do canal de denúncias, principais indicadores relacionados às denúncias registradas, bem como a aplicação de consequências, quando necessário.

f. Relatórios Financeiros

Uma das principais responsabilidades do Comitê de Auditoria é avaliar a qualidade das demonstrações financeiras da Empresa, observando os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, bem como os padrões contábeis internacionalmente reconhecidos. Ao longo do ano, todas as reuniões incluíram a apresentação e discussão de temas relacionados ao desempenho da Empresa e ao registro adequado nas demonstrações financeiras, incluindo reuniões específicas com os responsáveis por sua preparação.

4. Parecer do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras Anuais

Os membros do Comitê de Auditoria da Anima Holding S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam à revisão e análise das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, juntamente com o relatório da Administração e o relatório dos Auditores Externos. Com base nas conclusões apresentadas pela Empresa e pelos Auditores Externos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras anuais da Empresa. Este Relatório Anual do Comitê de Auditoria da Anima Holding S.A. foi preparado pelo Comitê de Auditoria e submetido à aprovação pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2025.

São Paulo, 11 de março de 2025.

Edgar Jabbour

Coordenador do Comitê de Auditoria

Roberta Anchieta

Membro Independente do Comitê de Auditoria

Eduardo Alvarenga

Membro Independente do Comitê de Auditoria



Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL (CF) - 2025

DATA, HORA E LOCAL: Iniciada em 11 de março de 2025, às 14:00 horas, presencialmente e transmitida por videoconferência, e encerrada em 20 de março de 2025.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Os membros do Conselho Fiscal da Companhia foram devidamente convocados nos termos do seu Regimento Interno. Presente a totalidade dos membros do Conselho Fiscal: Carla Alessandra Trematore, Bruno Meirelles Salotti e Orestes Fontana Romeiro. Presentes também (i) Edgar Jabbour, Roberta Anchieta e Eduardo Alvarenga, membros do CAR; (ii) Carina Carreira, Átila Simões da Cunha, Willy Freitas, Mary Mousinho, Ester Rossi, Marcia Gibosky, Fernando Bezerra, João Gustavo Rezende, Heleno Carlos Fernandes e Paula Leite Franco Salomão, representantes da Companhia; e (ii) Tomas Menezes e Jéssica Sá, Martha Soares representantes da Ernst Young Auditores Independentes S.S. Ltda. (EY).

MESA: Carla Alessandra Trematore – Presidente.
Paula Leite Franco Salomão – Secretária.

ORDEM DO DIA: (1) Examinar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Relatório Anual da Administração e a proposta de orçamento de capital, de destinação de lucros e de distribuição de dividendos para o exercício de 2025, nos termos da Proposta da Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e (2) *Release* de Resultados do exercício 2024.

MATÉRIAS APRECIADAS: (1) Examinadas e discutidas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, o Relatório Anual da Administração e a proposta de orçamento de capital, de destinação de lucros e de distribuição de dividendos para o exercício de 2025, nos termos da Proposta da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, previamente disponibilizados aos membros do Conselho Fiscal; (2) Apresentação dos trabalhos realizados pelos Auditores Independentes EY, substancialmente finalizados; e (3) discussão do *relaease* dos resultados do exercício 2024.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS: A presente reunião foi suspensa até o dia 20 de março de 2025, para atualização sobre (1) a aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração; e (2) conclusão dos trabalhos e emissão do Relatório dos Auditores Independentes.



Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

DELIBERAÇÕES DO CONSELHO FISCAL: Após reinício dos trabalhos, os membros do Conselho Fiscal, tendo tomado conhecimento da aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia e recebido o Relatório dos Auditores Independentes, emitiram o Parecer reproduzido abaixo:

“PARECER DO CONSELHO FISCAL”

“O Conselho Fiscal da **Ânima Holding S.A. (“Companhia”)**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, o Relatório Anual da Administração e a proposta de orçamento de capital, de destinação de lucros e de distribuição de dividendos para o exercício de 2025, nos termos da Proposta da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e, considerando o relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.”

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, devidamente aprovada pelos Conselheiros presentes, que constituem a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

São Paulo, 20 de março de 2025

Carla Alessandra Trematore

Presidente

Paula Leite Franco Salomão

Secretária

Bruno Meirelles Salotti

Conselheiro

Orestes Fontana Romeiro

Conselheiro

Orçamento de Capital 2025

O presente Orçamento de Capital, nos termos do artigo 196 da lei nº 6.404, visa o planejamento das fontes e das aplicações de recursos financeiros para fazer frente às necessidades de capital da Sociedade ao longo do exercício de 2025, cujo valor proposto é de R\$ R\$ 60.666.249,23 (sessenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais, e vinte e três centavos).

Este montante será submetido à aprovação da Assembleia Geral e tem a seguinte destinação e origem de recursos:

Aplicação de Capital Prevista:

Reserva para pagamento de partes dos Empréstimos e Financiamentos de curto prazo; Investimentos em Expansão e Manutenção.

Fontes de Recursos Previstas:

Os lucros retidos no montante de R\$ 60.666.249,23 (sessenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais, e vinte e três centavos).

Prazo: até 1 ano.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores Independentes